



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

LUANA ALICE FORLINI

**O POSICIONAMENTO DOS PRODUTORES DE SOJA NO CONTEXTO DE CRISE
POLÍTICA NO BRASIL (2014-2019)**

**CAMPINAS
2020**

LUANA ALICE FORLINI

**O POSICIONAMENTO DOS PRODUTORES DE SOJA NO CONTEXTO DE CRISE
POLÍTICA NO BRASIL (2014-2019)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Supervisor/Orientador: Armando Boito Júnior

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA LUANA ALICE FORLINI,
E ORIENTADA PELO PROF. DR.ARMANDO BOITO JÚNIOR

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

F765p Forlini, Luana Alice, 1994-
O posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil (2014-2019) / Luana Alice Forlini. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Armando Boito Junior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Soja. 2. Classe média. 3. Política Externa Brasileira. 4. Agronegócio - Brasil. I. Boito Junior, Armando, 1949-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The position of soybean producers in the context of political crises in Brazil (2014-2019)

Palavras-chave em inglês:

Soy

Middle classes

Brazilian Foreign policy

Agribusiness - Brazil

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestra em Ciência Política

Banca examinadora:

Armando Boito Junior [Orientador]

Tatiana Berringer de Assumpção

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Data de defesa: 08-10-2020

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1667-2576>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2217017433483333>



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 08/10/2020, considerou a candidata Luana Alice Forlini aprovada.

Prof. Dr. Armando Boito Júnior

Profa. Dra. Tatiana Berringer de Assumpção

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu grande amigo Gustavo Codas que me acompanhou e me apoiou em todo período inicial do mestrado e que, quando estava prestando o processo seletivo com todas inseguranças que este período suscita, me disse “não vejo nenhum motivo para você não conseguir passar e se tornar mestra”. Gustavo, você estará sempre presente.

Agradeço também ao meu orientador, Armando Boito Júnior, por todo conhecimento passado durante a orientação e a minha ex-orientadora, Tatiana Berringer, que desde a graduação me incentivou e que gentilmente continuou acompanhando meu progresso durante o mestrado.

Aos colegas do grupo de pesquisa sobre Política Externa e Classes Sociais também meus sinceros agradecimentos por todos debates, comentários e críticas que me ajudaram na construção da dissertação. Agradeço aos colegas que entraram comigo no mestrado pelas trocas durante as aulas e, não menos importante, durante os cafés e intervalos.

Agradeço imensamente à rede de apoio pessoal que tive (e tenho) privilégio de ter, a qual engloba minha mãe Márcia, meu pai Luiz, minha irmã Bia e Tita, que sempre esteve do meu lado durante a escrita. Nesse sentido, também agradeço minhas queridas amigas Rebecca, Mariana e Jessica, bem como Laura. Sem vocês, esse caminho teria sido muito mais difícil e muito menos divertido.

O presente trabalho foi realizado com apoio, parcialmente, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), número do processo 158887/2019-0.

RESUMO

A presente dissertação analisa o posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil. Pergunta-se qual foi esse posicionamento e se ele ainda pode ser caracterizado como pertencente à grande burguesia interna, ou se mudou a partir da crise política de 2014 que culminou no apoio à candidatura e ao governo de Jair Bolsonaro. Para tanto, foram analisados 60 artigos publicados pela Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), entre 2014 e 2018, além de 60 notícias publicadas pela entidade em 2019. Conclui-se que tal posicionamento ainda pode ser visto como típico da grande burguesia interna, apresentando conflitos e certo grau de dependência frente ao capital externo, bem como possui divergências importantes com a política externa de Bolsonaro, ao mesmo tempo que apresenta convergências com este governo nas políticas ambiental, econômica e de infraestrutura e logística.

Palavras Chave: produtores de soja; burguesias; política externa; crise política; agronegócio

ABSTRACT

This dissertation analyzes the position of soybean producers in the context of political crisis in Brazil. We ask what this position was and whether it can still be characterized as belonging to the large internal bourgeoisie, or if it changed after the political crisis of 2014 that culminated in supporting the candidacy and the government of Jair Bolsonaro. For this, 60 articles published by the Brazilian Association of Soybean Producers (Aprosoja Brasil) between 2014 and 2018 were analyzed, in addition to 60 news published by the entity in 2019. We conclude that this position can still be seen as typical of the large internal bourgeoisie, presenting conflicts and a certain degree of dependence in relation to the foreign capital, as well as having important divergences with Bolsonaro's foreign policy, at the same time that it presents convergences with this government in environmental, economic and infrastructure and logistics policies.

Keywords: soy producers; bourgeoisies; foreign policy; crisis; agribusiness policy

Introdução	9
A teoria: conceitos e definições	13
1.1 A política externa a partir do bloco no poder	16
1.2 A fragmentação da frente neodesenvolvimentista no contexto da crise política	20
2. A cadeia da soja no Brasil	24
2.1 A produção de soja no cenário internacional	28
2.2 A produção de soja no Brasil	31
2.3 A Aprosoja Brasil	35
2.3.1 Políticas ambientais	38
2.3.2 Política externa e relação com atores externos	40
2.3.3. Políticas fiscais e trabalhistas	43
2.3.4 Políticas de Infraestrutura e logística	45
3. A Aprosoja e o primeiro ano de governo Bolsonaro	46
3.1 Políticas fiscais e de infraestrutura e logística do primeiro ano do governo Bolsonaro	49
3.2 Política ambiental do primeiro ano do governo Bolsonaro	51
3.3 Política externa do primeiro ano do governo Bolsonaro	53
3.4 Posicionamentos e reivindicações da Aprosoja Brasil	59
3.2.1 Políticas fiscais	61
3.2.2 Políticas de infraestrutura e a logística	68
3.3.3 Políticas ambientais	73
3.3.4 Política externa e relação com atores externos	82
4. Considerações finais	88
5. Referências Bibliográficas	93
5.1 Teses, projetos, artigos acadêmicos, livros e capítulos	93
5.2 Jornais, revistas e artigos jornalísticos	95

Introdução

Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), vários setores econômicos foram beneficiados e viram seus lucros crescerem, entre eles o agronegócio que teve boa parte de suas demandas atendidas, inclusive no cenário internacional. Entretanto, o próprio agronegócio foi um dos apoiadores do impeachment de Dilma e, posteriormente, passou a apoiar a oposição ao PT, culminando em sua aliança com o candidato da extrema-direita nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro à época do Partido Social Liberal (PSL).

Durante quase todo período dos governos do PT estes foram apoiados por setores da burguesia que perderam espaço dentro do bloco no poder nos anos de 1990 com as políticas adotadas, sobretudo, por Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como as privatizações e abertura comercial. Estes setores formaram uma fração da burguesia que podemos chamar de grande burguesia interna (GBI) e ela, ao mesmo tempo que precisa de proteção e incentivo do Estado, depende em algum grau do capital externo e/ou imperialista (BOITO JR, 2018). Ao longo do período petista no governo, essa fração paulatinamente conquistou a hegemonia no bloco no poder e, sendo assim, teve seus interesses atendidos, tanto nas políticas econômicas e sociais, quanto nas externas. Setores como a indústria e o agronegócio faziam parte dessa fração.

Entretanto, com a crise política a partir de 2014, que acarretou o impeachment de Dilma, houve uma fragmentação da GBI e a mudança de posicionamento de alguns setores que faziam parte dela, como o caso da indústria. A própria crise foi causada, em partes, pelas diferenças entre os setores da GBI que foram exacerbadas a partir da crise econômica e do pouco crescimento do PIB brasileiro, bem como pelo aprofundamento de políticas neodesenvolvimentistas no primeiro mandato de Dilma.

Entre os setores que defenderam o impeachment está o agronegócio. Por isso, a pergunta de partida da dissertação é qual o posicionamento do agronegócio e se ele ainda pode ser caracterizado como GBI, sobretudo frente à política externa

O agronegócio é um termo que designa tanto a produção quanto a distribuição de produtos agropecuários que, por seu turno, caracteriza as atividades que utilizam a terra como fator de produção. Sendo assim, ele abarca uma grande variedade de atividades em várias culturas diferentes, como o açúcar, a soja, o café e, até mesmo, a pecuária de corte, o que torna necessário limitar o objeto.

Atualmente, o principal produto dentro do agronegócio brasileiro é a soja, sendo que o país destaca-se como o principal exportador mundial. Por sua importância econômica decidimos focar no posicionamento dos produtores da soja e, portanto, a primeira pergunta que a dissertação busca responder é qual posicionamento dos produtores de soja no Brasil no contexto de crise política e se ele pode ser caracterizado como pertencente à GBI, principalmente no que se refere ao cenário internacional. Para tanto, analisaremos material produzido pela entidade que representa os produtores de soja, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), como artigos e notícias, a partir de 2014 até 2018. Vale ressaltar que ela via como positiva a candidatura de Dilma em 2014, em 2016 fez campanha a favor do impeachment e, em 2018, apoiou a candidatura de Bolsonaro.

Quando falamos de cenário internacional nos referimos diretamente à política externa, já que o posicionamento do país no primeiro depende do segundo. Devemos considerar que, por se inserir da GBI, o agronegócio demonstrou conflitos pontuais com o capital externo e/ou imperialista, como foi o caso do painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o álcool e o algodão contra a União Europeia e os Estados Unidos, respectivamente. Nos anos mais recentes, o principal capital que intervém no setor da soja é o da China que se tornou o maior destino para as exportações desse

produto. O peso das *tradings* asiáticas também é relevante já que, desde 2015, são as principais na comercialização de grãos.

Primeiramente, analisamos 60 artigos publicados no site da Aprosoja Brasil entre 2014 e 2018. Foi feito um levantamento dos principais temas que apareciam nesses documentos, destacando-se quatro: 1) políticas ambientais; 2) política externa e relação com atores externos; 3) políticas fiscais e trabalhistas e 4) políticas de infraestrutura e a logística.

No que tange ao tema dois, notamos que o posicionamento em relação ao cenário externo dos produtores de soja se caracteriza ainda como GBI. É importante lembrarmos que o programa político defendido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral contemplava, na política externa, alinhamento aos Estados Unidos e críticas à China. Isso se manteve no primeiro ano de seu governo, após a indicação de Ernesto Araújo para a pasta das Relações Exteriores e com algumas ações como as frequentes visitas aos Estados Unidos e a defesa da entrada brasileira na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Se o posicionamento dos produtores de soja não mudou em relação ao cenário externo e ainda se caracteriza como GBI, tendo inclusive preferência nas relações com países que não são prioridade para o governo Bolsonaro, como a China (e também a região do Oriente Médio e a África), por que a Aprosoja Brasil apoiou e apoia o atual presidente, apesar dessas diferenças? A partir dessa pergunta, fizemos a análise de mais 60 notícias do ano de 2019 da Aprosoja Brasil, com intuito de apreender as reivindicações e o posicionamento da entidade. Concluímos que para os produtores as outras categorias de políticas, ambientais, fiscais e de infraestrutura e logística, defendidas por Bolsonaro são fundamentais e compensam as divergências em relação à política externa.

Além da introdução e das considerações finais, esta dissertação possui três capítulos. No primeiro apresentamos os conceitos teóricos dos quais partimos que permitiram, a partir de reflexões acerca destes no contexto de crise política, a problematização do posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política. No segundo, explicamos como é o setor de produção da soja e analisamos os artigos da Aprosoja Brasil entre os anos de 2014 e 2018. Por último, no terceiro capítulo apresentamos uma análise das políticas do primeiro ano do governo Bolsonaro e das notícias produzidas pela entidade em 2019.

1. A teoria: conceitos e definições

A presente dissertação parte de três conceitos principais, sendo eles: bloco no poder, grande burguesia interna (GBI) e frente neodesenvolvimentista. Entendemos a política externa a partir deles e é com a reflexão sobre estes em um contexto de crise política no Brasil que surge a pergunta sobre o posicionamento do agronegócio e, mais especificamente, dos produtores de soja.

Partimos da concepção poulantziana de Estado que se insere em uma retomada deste tema tendo como base o marxismo a partir dos anos de 1960 (POULANTZAS 1977; 1978). Nesse sentido, o poder de Estado está no bloco no poder, mais detalhadamente as ações do Estado são comandadas a partir das relações intrínsecas ao bloco que, por seu turno, é formado por frações da classe dominante, a burguesia. A burguesia, portanto, não seria uma classe homogênea com interesses harmônicos, ao contrário, ela é fracionada por fatores econômicos, como por exemplo o tamanho do capital (grandes, médias e pequenas empresas) e o seu lugar na cadeia produtiva (comércio, indústria, setor financeiro) (FARIAS, 2009).

Quando consideramos as economias periféricas ou subdesenvolvidas, como é o caso brasileiro, outros fatores são somados a esse sistema de fracionamento, sendo o principal a relação com o capital externo e/ou imperialista¹. Isso acontece porque a industrialização e o desenvolvimento econômico dessas economias são influenciados demasiadamente pelo capital estrangeiro, tanto na questão comercial como nos investimentos (MARTUSCELLI, 2018). Três tipos de frações da burguesia são formadas: a associada², a interna e a nacional. A primeira delas é uma fração que está totalmente à mercê dos interesses do capital estrangeiro, sendo uma espécie de correia

¹ Para melhor fluidez do texto e, já que não pretendemos entrar no debate posteriormente se a China representaria ou não um capital imperialista pois foge ao escopo do trabalho, adotaremos a categoria de capital estrangeiro.

² Na obra original de Poulantzas o termo utilizado para essa fração era comercial. Porém, atualmente essa fração não restringe-se apenas ao âmbito comercial, expandindo-se para outras atividades e por isso utiliza-se o termo “associada” (MARTUSCELLI, 2018).

de transmissão deste. A nacional, na outra ponta, é uma fração que possui seus interesses enraizados dentro do país e, por isso, toma posição contra o capital estrangeiro que, no caso deste ser imperialista, pode se caracterizar como anti-imperialista. Estando no meio das duas frações citadas, a interna, ao mesmo tempo que tem seus interesses locais e demanda do Estado certa proteção para que estes sejam atendidos, apresenta algum grau de dependência em relação ao capital estrangeiro e, portanto, nunca toma um posicionamento radical, tendo apenas alguns conflitos pontuais com o último.

O bloco no poder e, conseqüentemente o Estado, são lugares onde as diversas frações da burguesia apresentam e defendem seus interesses divergentes. Para a burguesia financeira, por exemplo, é interessante ter uma taxa de juros alta, enquanto, para a burguesia produtiva, isso é prejudicial pois afeta negativamente a tomada de crédito para realizar investimentos. Entretanto, é somente no Estado que essas diversas frações conseguem ter coesão e a classe burguesa como um todo perpetuar sua dominação frente à classe dominada, dos trabalhadores. A coesão, que pode ser vista no sentido das políticas que o Estado toma, é fruto, principalmente, da hegemonia no bloco no poder de uma fração da classe burguesa. Como será exposto adiante, as políticas econômicas, sociais e externas que os governos petistas tomaram ao longo dos seus anos no governo são reflexo da hegemonia que a GBI paulatinamente conquistou no interior do bloco no poder (BOITO JR, 2018).

Em suma, o sentido do Estado e as políticas que são tomadas por ele dependem das relações no bloco no poder que refletem o fracionamento da burguesia, por questões tanto estritamente econômicas quanto relacionadas ao capital estrangeiro.

Trazendo a teoria para o empírico, no Brasil nos anos de 1990 e começo dos 2000, sobretudo durante os governos de FHC entre 1995 e 2003, a fração burguesa que exercia a hegemonia era a financeira conjuntamente com a burguesia associada ligada

a ela. As políticas em diversas áreas produzidas pelo Estado foram no sentido de atender as demandas dessas frações, como exemplo podemos citar as privatizações e a abertura comercial. Por outro lado, os setores ligados à área produtiva e que precisavam de maior proteção e incentivo estatal, como é o caso da indústria e do agronegócio, perderam espaço no interior do bloco no poder. Por exemplo, como mostra o estudo de Coletti (2006), foi a partir da queda de influência do agronegócio no bloco no poder, demonstrada em ações como a diminuição do investimento do Estado no setor e o crescente endividamento dos produtores rurais, que o Movimento dos Sem Terra (MST) conseguiu crescer e aumentar sua relevância no cenário político do país.

Porém, com a chegada de Lula, houve uma mudança no interior do bloco no poder com a ascensão da burguesia interna ou, na nomenclatura de Boito Jr (2018), a GBI, que paulatinamente conquistou a hegemonia do bloco. A GBI era composta por aqueles setores que, como explicado anteriormente, possuíam interesses internos e necessitavam da proteção e incentivo do Estado, além de serem dependentes, em algum grau, de capitais estrangeiros. A indústria, agronegócio, bancos com capital predominantemente nacional, entre outros, compuseram a GBI. Na literatura, há vários trabalhos que discutem a GBI no período supracitado, como é o caso de Boito Jr (2018), Boito Jr e Galvão (2012), Martuscelli (2018), Berringer (2015), Pinto (2010) e Cyrino (2017).

Para Boito Jr (2018), a GBI além de deter a hegemonia no bloco no poder, formou conjuntamente com uma parte das classes dominadas, como a baixa classe média, o operariado, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal, a *frente neodesenvolvimentista*. O termo frente é utilizado pois é diferente de uma aliança, já que não houve um pacto entre a fração da classe dominante, a GBI, que era a dirigente da frente, e as frações da classe dominada que a compunham. O neodesenvolvimentismo, por seu turno, se refere, em poucas palavras, ao desenvolvimentismo possível na época do capitalismo neoliberal. Entre outras

características, ele “confere menor importância ao mercado interno (...)” e “aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora (...)” (BOITO JR, 2018, p. 106).

Tanto dentro da GBI, como na relação dessa fração com as outras pertencentes à frente, houve divergências sobre quais políticas o Estado deveria tomar. Na política externa, por exemplo, o agronegócio era mais demandante em relação ao acordo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e ao do Mercosul-União Europeia, enquanto a indústria, principalmente setores como o de máquinas e equipamentos, se expunha de maneira receosa (BERRINGER; FORLINI, 2018). Da mesma forma, enquanto o agronegócio teve suas demandas atendidas, como foi o caso dos painéis na OMC do álcool e do algodão contra a União Europeia e os Estados Unidos, respectivamente, o Brasil se tornou uma importante voz no cenário internacional da agricultura familiar e combate à fome (BARBANTI; LIMA; PEREIRA, 2018). Veremos mais detalhadamente, então, como se analisar a política externa partindo da perspectiva poulantziana.

1.1 A política externa a partir do bloco no poder

Nos estudos de Relações Internacionais, as teorias marxistas como um todo são comumente marginalizadas em detrimento, principalmente, da teoria Realista³. Isso ocorre pois é difundido que o marxismo olha para questões estritamente econômicas ou ideológicas, por exemplo. Entretanto, de acordo com Halliday (1999), o materialismo histórico traria contribuições importantes para as Relações Internacionais e, além disso, as teorias desse campo geralmente falham em definir o que tomam como

³ A teoria Realista tem como principal expoente Morgenthau (1948) e, entre suas bases, estão um Estado coeso que representaria um suposto interesse nacional e buscaria, sobretudo, sua sobrevivência e seus interesses em um ambiente internacional que seria marcado pela anarquia.

principal ator no sistema internacional, o Estado. De acordo com Berringer (2011, p.71-72),

A falta de precisão do conceito realista [de Estado] faz com que as análises de política externa atribuam o mesmo tratamento ao Estado e ao governo, apresentando as decisões da burocracia e da chefia de governo como consensos políticos entre todos os cidadãos do Estado.

Por seu turno, a teoria de Poulantzas (1977;1978), como explicitado anteriormente, argumenta que o poder do Estado está no bloco no poder e que, portanto, o Estado tem como uma de suas funções organizar a dominação da classe dominante, a burguesia. Sendo assim, diferente da teoria Realista onde o Estado representa o interesse nacional, este representa, na realidade, os interesses da burguesia, mais precisamente a fração dela que é hegemônica no bloco. Ainda de acordo com Berringer (2015, p.81),

Ou seja, a política externa deve ser interpretada a partir do bloco no poder. Com isso, desmistifica-se a ideia de representação do “interesse geral da sociedade” no cenário internacional, o Estado não representa os interesses do povo-nação, mas sim, o interesse das classes dominantes, ou melhor, do bloco no poder. A política externa não é, portanto, uma política de Estado autônoma em relação às classes sociais e aos governos. Ela é determinada pela fração hegemônica do bloco no poder e é permeada pela contradição entre as frações de classe.

Olhar para a política externa a partir do bloco no poder e suas frações difere de outras teorias de análise de política externa (APEX), uma área dentro dos estudos de Relações Internacionais que ganhou espaço a partir dos anos de 1990 e que critica a teoria Realista ao dar ênfase aos processos internos e não externos no posicionamento estatal no cenário internacional. Ela foi bastante marcada pelo chamado “Jogo de dois níveis” de Putnam (2010), no qual argumenta-se que há uma imbricação entre o nível nacional e o internacional. As negociações internacionais, por exemplo, são jogadas nos níveis citados e o desafio de quem está negociando é maximizar os ganhos internacionalmente, ao mesmo tempo que busca um equilíbrio e/ou coalizão entre os grupos de interesse internamente. Outro autor que também se destaca dentro da APEX é Alisson (1990) que parte das burocracias e das interações entre elas para explicar a política externa, ou seja, o Estado não seria algo coeso e, sim, “um aglomerado de

instituições com interesses e regras próprias que podem cooperar ou conflitar diante de uma decisão a respeito da atuação internacional” (BERRINGER, 2015, p. 60).

Ambos autores citados não discorrem sobre os conflitos e interesses de classes e frações de classe, assim como outros que também se filiam à APEX, como Hermann (1990), autor que dá bastante foco ao papel dos estadistas na medida em que as mudanças na política externa são frutos dos constrangimentos externos a que estes estão submetidos. Apesar disso, assim como Berringer (2015), concordamos com dois pontos principais dessas teorias prévias, são eles:

1) a crítica à concepção de Estado e de interesse nacional utilizada pela corrente realista nas teorias de relações internacionais; 2) a tese segundo a qual há uma imbricação entre a política externa e a política doméstica dos Estados, ao contrário do que supõem os estudos inspirados na corrente realista (Ibidem, p. 59)

Em suma, defendemos que a posição do Estado no cenário internacional, bem como sua política externa, depende das relações das frações da burguesia no bloco no poder e de qual delas é hegemônica. Isso pode ser visualizado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Fração hegemônica e a posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica

Posição do Estado na estrutura de poder internacional	Fração hegemônica no bloco no poder	Posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica
Estado imperialista	Burguesia cuja produção é prioritariamente voltada ao mercado Externo	Expansionista
Estado imperialista	Burguesia cuja produção é prioritariamente voltada ao mercado Interno	Isolacionista
Estado dependente	Burguesia compradora	Subordinação passiva
Estado dependente	Burguesia nacional	Antiimperialista
Estado dependente	Burguesia interna	Subordinação conflitiva

Fonte: BERRINGER (2015, p. 72)

1.2 A fragmentação da frente neodesenvolvimentista no contexto da crise política

As divergências na GBI, bem como na frente neodesenvolvimentista, aumentaram conforme o Brasil sentia os efeitos da crise econômica que assolou o mundo a partir de 2008. As políticas adotadas pela ex-presidenta Dilma também contribuíram para a fragmentação da frente, pois essas, em um primeiro momento, privilegiaram os setores produtivos em detrimento daquelas que se pautavam no setor financeiro.

Ao analisar a crise política que se instaurou no Brasil a partir de 2014 e que culminou na consumação do impeachment da Dilma em 2016, partimos do pressuposto de que para entendê-la necessitamos ir além das relações institucionais, ou seja, daquelas do Executivo e Legislativo. Portanto, não consideramos que a ex-presidenta foi deposta simplesmente pelas movimentações contrárias a ela no Legislativo como exposto por Limongi (2017)⁴ mas que, além disso, houve, e isso foi fator preponderante, ações que mudaram a frente apoiadora de seu governo e fizeram oscilar setores que, até então, compunham a GBI.

Abrindo o “leque” para além do institucional, algumas análises aparecem para explicar o que ocorreu com o governo Dilma e o porquê ele caiu. Uma delas pode ser vista no trabalho de Singer (2015). Para o autor, o ativismo de origem estatal alienou a burguesia produtiva (entre elas a industrial, por exemplo) que estava do lado do governo petista que, temendo os resultados de tal ativismo, acabou se aliando ao rentismo, o que desaguou na formação de uma frente única antidesenvolvimentista. Isso aconteceu, sobretudo, porque o governo Dilma propôs aprofundar algumas medidas que vão ao encontro do desenvolvimentismo e da maior intervenção estatal,

⁴ Em seu texto “Impedindo Dilma”, o autor procura explicar o impeachment através dos fatores que levaram a base de Dilma no Congresso a mudar de posição, passando a apoiar a destituição da presidente e integrando, posteriormente, o governo de Michel Temer. Isso teria acontecido pela perda de atração dos partidos governistas pelo PT, motivados pela incapacidade deste partido de proteger seus parlamentares contra a Lava-jato. “O governo Temer se apresentou como a tábua de salvação que Dilma não quis, não soube ou foi incapaz de oferecer.” (LIMONGI, 2017, p. 7).

como foi o caso da redução de juros, da desvalorização do real e do controle de capitais. Em suas palavras:

Na partida, a burguesia industrial pede ofensiva estatal contra os interesses estabelecidos, pois depende de política pública que a favoreça. Para isso, alia-se à classe trabalhadora. No segundo ato, os industriais “descobrem” que, dado o passo inicial de apoiar o ativismo estatal, estão às voltas com um poder que não controlam, o qual favorece os adversários de classe, até há pouco aliados. No terceiro episódio, a burguesia industrial volta-se “contra seus próprios interesses”(Cardoso) para evitar o que seria um mal maior :Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada (SINGER, 2015, p.66).

O autor considera, portanto, que existiam duas frentes, sendo uma ligada ao setor produtivo e a outra ao rentismo e que, quando a primeira sentiu-se acuada pelas ações estatais que poderiam favorecer a classe trabalhadora, juntou-se a última para derrubar o governo. Assim, sua análise é pautada pelo argumento que, acima das relações com o capital estrangeiro, a burguesia seria dividida pelo seu posicionamento na cadeia econômica, ou seja, não se considera o posicionamento de cada frente face ao capital estrangeiro.

Boito Jr (2018) mapeia outros três tipos de análise quando consideramos elementos classistas para explicar a crise política e a queda de Dilma. A primeira delas, que seria majoritariamente defendida por intelectuais e quadros do PT, argumenta que os governos do partido teriam representado os trabalhadores e que o impeachment foi uma ação da “elite” contra isso. A segunda, de origem trotskista, defende que os governos do PT atendiam os interesses da burguesia brasileira no geral, sendo essa uma classe homogênea, sem fracionamentos e divergências. Por último, há quem considera, de diferentes campos e organizações, que os governos petistas não tiveram um caráter de classe definido.

Partimos da tese de Boito Jr (2018), segundo a qual a crise e o consequente impeachment foram frutos de divergências e da fragmentação da frente

neodesenvolvimentista citada na seção anterior, bem como da ofensiva da frente neoliberal ortodoxa. Assim como existia a frente neodesenvolvimentista que foi a base de sustentação dos governos petistas, também havia a frente de oposição que representava os interesses da fração da burguesia associada e do capital estrangeiro, visto que “(...) Dentro do modelo capitalista neoliberal, os governos podem implementar uma política neoliberal ortodoxa, moderada ou, inclusive, neodesenvolvimentista” (Ibidem, p. 266). Além daquela fração da classe dominante, a frente neoliberal ortodoxa também conta com o apoio de uma fração da classe dominada, a classe média alta que foi importante nos protestos de junho de 2013 e representou um dos símbolos do impeachment de Dilma: os “panelaços” (Ibidem).

As medidas adotadas pelo governo Dilma de aprofundar o neodesenvolvimentismo inflamou divergências que estavam latentes no interior da GBI. Devemos lembrar que a GBI era formada, além do setor industrial e do agronegócio, pelo capital bancário predominantemente nacional. Assim, quando se propôs a queda na taxa de juros, por exemplo, isso desagradou este último setor, ao mesmo tempo que foi bom para a indústria. Havia também conflitos entre as classe dominante e dominada na frente neodesenvolvimentista, como o fato de que quando o país operava praticamente a pleno emprego isso era comemorado pelos trabalhadores, mas deixava a GBI receosa. Entretanto consideramos que estes não são os principais para entendermos a crise política, e sim os conflitos dentro da GBI (BOITO JR, 2018). Nesse sentido, podemos citar também o baixo crescimento da economia brasileira e a retomada de políticas econômicas ortodoxas pelo governo com a nomeação de Joaquim Levy para o ministério da Fazenda, que aumentaram a ofensiva que vinha de fora da frente neodesenvolvimentista, sendo empenhada pela frente neoliberal ortodoxa.

(...) foram as contradições internas da frente neodesenvolvimentista que se exacerbaram na crise, enquanto o campo neoliberal ortodoxo preservou sua unidade e ganhou novos adeptos. De fato, como resultado da degradação da situação econômica cuja responsabilidade pode, independentemente de consideração de mérito, ser atribuída ao governo do momento, como resultado da ofensiva restauradora do capital

internacional e como resultado, também, do recuo da política econômica e social do governo Dilma Rousseff, segmentos do topo e da base do campo neodesenvolvimentista passaram a oscilar politicamente, foram neutralizados ou se bandearam para o lado do campo neoliberal ortodoxo (BOITO JR, 2018, p. 213).

Como resultado do aumento das divergências entre os setores da GBI e da ofensiva neoliberal ortodoxa, ocorreu o comprometimento da sustentação do governo de Dilma e a sua queda. Nesse período, houve uma mudança no posicionamento de setores da GBI. Documentos de entidades patronais de importantes setores, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), passaram a dar maior relevância ao ajuste fiscal e à austeridade, que são demandas tradicionais da frente neoliberal ortodoxa, e, no fim do governo petista, já no período do impeachment, as “principais associações do agronegócio e da indústria de transformação participaram ativamente” (BOITO JR, 2018, p. 320) defendendo a retirada de Dilma da presidência.

Como dissemos anteriormente, a GBI demandava e era atendida nas políticas econômicas, sociais e externas, desse modo, será que a mudança no posicionamento de alguns setores da fração no âmbito doméstico, em relação à política econômica e ao próprio governo, foi acompanhada de uma mudança também em relação ao cenário externo? No caso da indústria, podemos afirmar que isso aconteceu e que houve uma coesão no posicionamento do setor frente às categorias de políticas supracitadas. Conforme Berringer e Forlini (2018) expõem, a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) mudaram sua posição frente ao acordo Mercosul-União Europeia durante o contexto de crise política brasileira. Se anteriormente essas entidades eram refratárias ao acordo pois temiam perder mercado no seu principal destino fora do Brasil, a América do Sul, a partir da crise e da mudança em seu posicionamento internamente, as entidades passaram a demandar o acordo e a tratá-lo como algo positivo.

[a] preocupação frente ao acordo, por parte da FIESP/CNI, continuou por algum tempo após a retomada das negociações em 2010 (...)

Mas, na contramão, os documentos de 2013 e 2014 a Fiesp (2013) e a CNI (2014) exigiram prioridade para a conclusão das negociações (BERRINGER; FORLINI, 2018)

Entretanto, em relação ao agronegócio e seus segmentos, como a soja, que foram atores relevantes no processo de impeachment, há uma lacuna na bibliografia. Até mesmo nos trabalhos em que se analisam a GBI no período anterior ao contexto de crise política, geralmente o setor enfatizado é o da indústria e seus segmentos. Um dos poucos trabalhos em que o objeto é o agronegócio é o de Pinto (2010), no qual, com uma abordagem econômica, argumenta-se que a melhora do posicionamento do setor no bloco no poder durante os governos de Lula foi, apesar da valorização do real à época que teve efeitos negativos nos setores exportadores, devido ao crescimento do comércio com a China. Outro trabalho que podemos citar, nesse sentido, é o de Cyrino (2017), o qual buscou abordar o posicionamento de setores da cadeia produtiva de carne bovina também durante os governos Lula, explicitando as divergências entre os grandes pecuaristas, os grandes frigoríficos exportadores e os pequenos e médios frigoríficos.

2. A cadeia da soja no Brasil

Quando falamos de agronegócio estamos nos referindo a um termo que abrange tanto a produção quanto a distribuição de produtos agropecuários que, por seu turno, caracteriza as atividades que utilizam a terra como fator de produção. O termo agronegócio começou a ser popularizado no Brasil nos anos de 1980, sendo uma adaptação do inglês *agrobusiness*, e não foi à toa, já que somente a partir dos anos de 1970 que o país começou a modernizar sua produção agropecuária e implantar as bases para se tornar um ator importante nesse setor no cenário internacional, apesar do Brasil ser grande exportador de produtos primários desde a época que era colônia (ORTUSO, no prelo).

Na linguagem mais comum, as duas pontas do agronegócio, a produção e a distribuição, são nomeadas com as expressões “porteira para dentro” e “porteira para fora”, respectivamente. A primeira refere-se às atividades de dentro da fazenda, como preparo do solo, plantio, colheita e armazenamento. Já a segunda são as atividades necessárias antes e depois da produção dentro da fazenda, como financiamento da produção e a compra de insumos, fertilizantes e máquinas e equipamentos no caso de antes e, posterior à produção, temos o processamento e a distribuição, que abrange questões como a infraestrutura e o transporte, por exemplo (Ibidem).

Como dissemos, somente a partir dos anos de 1970 que o Brasil começou a se modernizar e a ter as bases para se tornar, décadas depois, um dos maiores atores no agronegócio internacionalmente, com expectativas se ser, no futuro, o principal país que alimenta o mundo. É verdade que antes da década de 70 o território brasileiro foi palco de ciclos agrários importantes, como a cana-de-açúcar e o café. Entretanto, o Brasil importava grande parte dos alimentos que consumia, cerca de 30%, pois a produção era feita em latifúndios voltados a um produto específico. Foi apenas nos anos de 1980 que o país tornou-se exportador líquidos de bens agropecuários (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

O que aconteceu, então, a partir dos anos de 1970? A primeira questão que merece destaque é a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973, a qual “foi capaz de estruturar uma rede de pesquisa doméstica para absorver conhecimentos e tecnologias externas próprias para o clima temperado e incorporá-las ao contexto tropical brasileiro” (ORTUSO, no prelo, p. 12). Outro fator importante nesse processo foi a relevância dada à agropecuária no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implementado entre 1975 e 1979, pois o Brasil já era, desde meados da década de 1960, um país urbano e era reconhecido que havia um problema de abastecimento de alimentos e segurança alimentar no seu território.

A Embrapa desenvolveu tecnologias que permitiram expandir a produção agropecuária para regiões como o Centro-Oeste, que por apresentar como bioma típico o Cerrado era vista como uma região imprópria para plantações, bem como diversificar o que se era produzido no Brasil. De acordo com Ortuso (no prelo, p. 13),

A técnica de calagem promovida pela Embrapa (...) transformou o bioma do Cerrado numa área próspera para a agropecuária. Novas tecnologias para o controle de pragas e a fixação biológica do nitrogênio, através da inoculação de bactérias na semente da soja, também foram desenvolvidas. É importante dizer que a fixação do nitrogênio diminuiu substancialmente a adubação química nitrogenada com fertilizantes e assim diminuiu consideravelmente os custos. Essa técnica foi decisiva para o crescimento vertiginoso da produção de soja, bem como o desenvolvimento do Proálcool em 1975.

Para além do investimento na produção e em novas tecnologias através da Embrapa, o Estado brasileiro também concedeu incentivos ao produtor rural com iniciativas como a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965. Para conseguir crédito do SNCR, o produtor precisava apresentar um projeto técnico que levasse em consideração as tecnologias que estavam sendo desenvolvidas. Além disso, o crédito passou a ser uma ferramenta de política agrícola já que era direcionado para aqueles produtos agropecuários que eram de maior interesse, como os grãos e, mais especificamente, a soja e o milho (Ibidem).

A expansão da produção da soja e do milho, que são fundamentais na fabricação de ração para a indústria da carne bovina e de aves, teve como consequência um grande crescimento da pecuária de corte a partir dos anos de 1980 e na produção de carne de aves, a qual aumentou 2.547% entre 1977 e 2015. Atualmente o Brasil é o maior exportador desses dois tipos de carnes, assim como um dos maiores produtores e exportadores de soja, que configura como o principal produto do agronegócio brasileiro (Ibidem).

Na década de 1990, o Brasil desponta como um país produtor de produtos agropecuários diversos e começa a obter saldos positivos na balança comercial. Vale lembrar que em 1996 foi instituída a Lei Kandir (Lei Complementar 87/96) que isenta a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados, fundamental para o crescimento das exportações agropecuárias (PONTUAL, 2019). Entretanto, segundo Ortuso (no prelo), foi somente com o *boom* das commodities nos anos 2000, causado, sobretudo, pelo aumento da demanda do Estado chinês, que o país se consolida como um grande ator do agronegócio no cenário internacional. Em 2018, o agronegócio representou 21% do PIB brasileiro e, em 2018, mais de 66% de todas as exportações, como vemos no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Exportações do Brasil em 2018



Fonte: ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2020.

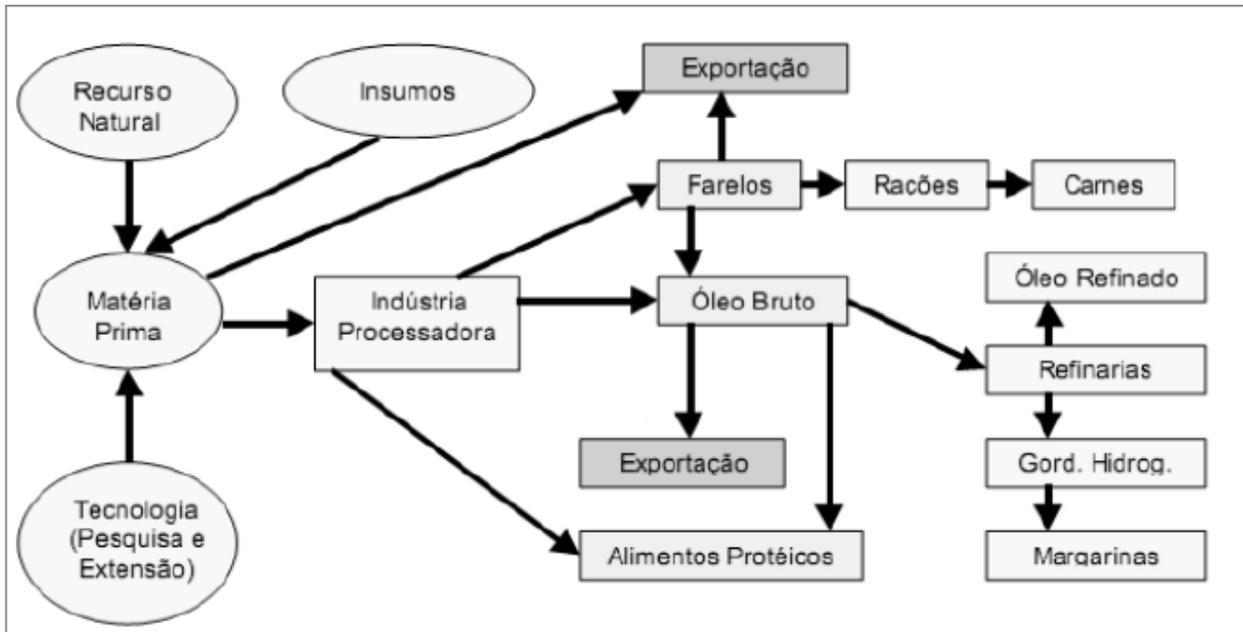
Se por um lado o Brasil tornou-se um dos principais atores do agronegócio no cenário internacional, por outro essa atuação se dá com grande dependência de multinacionais e tecnologias de outros países. Por um lado, a Lei Kandir incentivou a produção e a

exportação de produtos agropecuários com baixo valor agregado, ou seja, sem processamento; de outro, a Lei de Biossegurança de 2005 (11.105/05) que regula a produção de transgênicos, contribuem para a diminuição de atividades “da porteira para fora”, ou seja, antes e depois da produção (ORTUSO, no prelo). No caso da soja mais de 90% das sementes são transgênicas e dependemos totalmente da tecnologia fornecida por empresas como Monsanto/Bayer, ademais exportamos a maioria desse produto na sua forma de grão, sem agregar valor. Veremos a seguir o caso da soja.

2.1 A produção de soja no cenário internacional

Conjuntamente com o trigo e o milho, a soja é atualmente a principal matéria-prima agrícola comercializada no mundo (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). A cadeia produtiva dela pode ser dividida em três elos principais, são eles: 1) a lavoura; 2) a indústria e 3) o comércio. Na primeira, encontram-se os insumos necessários para a plantação, como sementes, fertilizantes e agrotóxicos, bem como a produção e a armazenagem. Na indústria está o processamento do grão que se transforma em farelo e óleo. Por último, no comércio aparece a distribuição da soja e dos produtos derivados dela durante o processamento para outras indústrias como a de carne, cosméticos e a alimentícia (FRANCESCHINI ET AL, 2017). Percebemos que a lavoura representa, em linhas gerais, aquilo que chamamos de “da porteira para dentro” e a indústria e o comércio a “porteira para fora”. Na figura abaixo podemos visualizar mais detalhadamente a cadeia:

Figura 1 - A cadeia produtiva da soja



Fonte: FUGATI (2013) apud CASTRO; PEREIRA (2015, p.5)

Os principais atores internacionais na cadeia da soja são o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos e a China, sendo que cada um destes destaca-se em determinados elos dela. O Brasil é relevante quando consideramos a lavoura, ou seja, “a porteira para dentro”, mas na parte industrial de processamento os outros países saem na frente. Importante ressaltar que a cadeia é caracterizada pela produção no continente americano, nos territórios brasileiro, argentino e estadunidense, e pela sua compra e distribuição na Ásia, região que importa dois terços de toda soja produzida mundialmente e onde se destaca a China, a maior compradora desse produto no comércio mundial, pois ela importa quase 90% do que consome (FRANCESCHINI ET AL, 2017; ESCHER; PEREIRA; WILKINSON, 2018).

No comércio, destacam-se as multinacionais estadunidenses Archer Daniels Midland Company (ADM), Bunge e Cargill, bem como a holandesa Louis Dreyfus Company, que formam o oligopólio ABCD. Elas foram fundadas entre o século XIX e o começo do século XX e controlam cerca de 70% do mercado de commodities. A partir, sobretudo, dos anos de 1980 elas apostaram na verticalização de suas operações que, para além do comércio, hoje em dia abarcam a lavoura, a indústria e o setor financeiro, no qual as multinacionais se dedicam a especular na Bolsa de Chicago. Nos últimos anos a estatal chinesa *China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation* (COFCO), que também comercializa grãos, vem aparecendo como uma importante multinacional nesse setor. No caso brasileiro, ela desbancou o oligopólio ABCD nas compras de milho e soja em 2015, representando 45% das exportações desses produtos, enquanto as tradicionais multinacionais caíram de 46% para 37% (FRANCESCHINI ET AL, 2017; ESCHER; PEREIRA; WILKINSON, 2018).

Quadro 2 - As maiores traders de commodities

Traders	Tipo de capital	Localidade da sede
Cargill	Familiar	Estados Unidos
ADM	Aberto	Estados Unidos
Louis Dreyfus Company	Familiar	Holanda
Bunge	Aberto	Bermudas
COFCO	Estatal	China

Fonte: ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018, elaboração própria..

2.2 A produção de soja no Brasil

No Brasil a soja é o principal produto da pauta de exportação, sendo que nosso país é o maior exportador do mundo. Cerca de 52% da soja é destinada diretamente para a exportação, o restante permanece no país para o processamento, onde é transformada em farelo e óleo, por exemplo. Deste montante, 52% do farelo e 23% do óleo são exportados. O principal comprador da soja brasileira é o Estado chinês (ESCHER; PEREIRA; WILKINSON, 2018).

A produção da soja no Brasil começou nos anos de 1960 nos estados da região Sul e, a partir dos anos de 1980, ela se expandiu para o Centro-Oeste devido a pesquisas realizadas pela Embrapa, o que possibilitou a criação de sementes que pudessem ser cultivadas em climas mais quentes. Nas décadas seguintes, a produção chegou ao Norte e ao Nordeste e uma das principais fronteiras de expansão hoje em dia é a região de Matopiba, uma área que abarca os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (CUNHA; ESPÍNDOLA, 2015). Ainda de acordo com Espíndola e Cunha (2015, p. 218), os principais fatores que levaram à expansão da soja no território brasileiro foram:

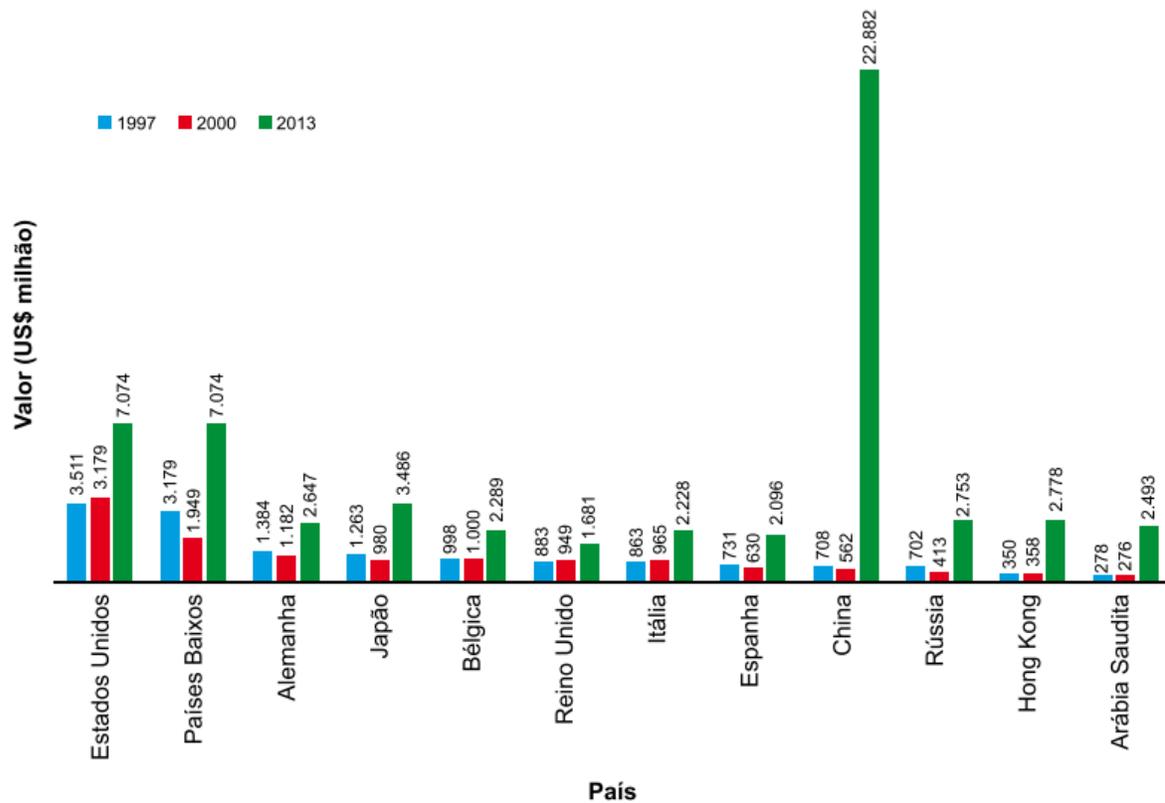
(i) a possibilidade de consorciar soja e trigo (BRUM, 1988); (ii) a expansão da fronteira agrícola (MESQUITA et al., 1982; MACHADO, 1995); (iii) o papel da formação das grandes agroindústrias do sul do Brasil (ESPÍNDOLA, 1999); (iv) a competitividade inter-regional (GIORDANO, 1999); (v) o clima como responsável pela expansão de tal cultura (ALMEIDA, 2005); (vi) as políticas públicas e a modernização dos cerrados (GONÇALES, 2008); e (vii) o surgimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (CAMPOS, 2010)

Outro fator que os autores supracitados consideram ter sido fundamental para a expansão da produção da soja é o crescimento da demanda chinesa pelo produto. Entre 2003 e 2013, período que abrange o chamado *boom* das commodities que teve como causa principal justamente o aumento da participação chinesa no comércio

internacional (lembrando que a China entrou na Organização Mundial do Comércio, a OMC, em 2001), o consumo de soja no mundo aumentou em 57% e a produção em 62%.

Segundo Escher, Pereira e Wilkinson (2018), a China tem uma estratégia clara de defender sua segurança alimentar e avançar no processo chamado de “carnificação da dieta”, ou seja, assegurar que cada vez mais a sua população coma carne. A soja é importante nisso pois seu farelo é utilizado na fabricação de ração para os animais e, inclusive, a carne é vista como uma das pontas da cadeia da soja. Nesse sentido, a presença chinesa no agronegócio, sobretudo no setor da soja, tem crescido nos últimos anos. Percebemos isso na figura abaixo

Figura 3 - Os dez maiores compradores do agronegócio brasileiro e seus volumes de compra



Fonte: AGROSTAT (2014) apud CONTINI (2014).

A atuação da China no agronegócio desde o ano 2000 pode ser dividida em três períodos: 1) entre 2000 e 2008, no qual o país emerge como grande ator no comércio de commodities e fica clara sua dependência no que tange à importação desse tipo de produto; 2) entre 2008 e 2012, após a crise⁵, período no qual as empresas chinesas optaram por comprar e investir em terras; 3) 2012 até atualmente, quando a estratégia das empresas se desloca da compra de terras para investimento em ativos de empresas, buscando controlar todas as etapas da cadeia de soja, por exemplo (ESCHER; PEREIRA; WILKINSON, 2018).

Na compra de terras a estratégia chinesa esbarra na legislação brasileira, a Lei nº 5.709 de 1971, que impõe várias restrições e condicionantes para a compra de terras por

⁵ A crise que nos referimos é a de 2008 que começou no setor financeiro e teve seu estopim quando o banco estadunidense *Lehman Brothers* quebrou.

estrangeiros. Com a maior abertura comercial e entrada de capital estrangeiro através de Investimentos Externos Diretos (IED's) a partir dos anos de 1990, essa lei começou a ser questionada e abriu espaço para a flexibilização de sua interpretação. Frente a isso, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu quatro pareceres entre 1994 e 2010, sendo que o mais recente restringiu a compra de terras por empresas brasileiras com capital majoritariamente estrangeiro. Antes dele, o grupo chinês *Pallas International* já havia assinado com o governo da Bahia um documento de intenção de compra de 200 mil hectares no estado para a produção de soja (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018; ORTUSO, no prelo).

Com a dificuldade em comprar terra, a China “têm priorizado outros investimentos, tanto no próprio agronegócio quanto em infraestrutura de escoamento.” (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018, p. 36). Ações que ilustram essa estratégia são, por exemplo, a parceria entre o estado de Goiás e a estatal chinesa *Sanhe Hopeful* em 2011, visando a expansão da produção de soja em seis milhões de toneladas, que seriam exportados para a China. Outro exemplo é o investimento feito, em 2016, pela chinesa *Hunan Dakang Pasture Farming* de 200 milhões de dólares na aquisição de 57% das ações da *Fiagril Ltda*, que é uma empresa do estado do Mato Grosso com foco no comércio e processamento de grãos (Ibidem).

No que tange à infraestrutura para o escoamento, sobretudo, de grãos, as empresas chinesas dão ênfase a investimentos em ferrovias, como a Ferrogrão (do Centro-Oeste ao porto de Miritituba, no Pará) e a Ferrovia de Integração Oeste--Leste (da Ferrovia Norte-Sul ao Porto de Ilhéus, na Bahia). O investimento em portos e na rede de energia elétrica também são relevantes, já que

A China Communications Construction Company (CCCC) é sócia majoritária do Porto de São Luis no Maranhão, integrado com a Ferrovia Carajás, e em 2017 fechou com o governo federal um memorando para a construção do Terminal Graneleiro da Babitonga (TGB), em Santa Catarina. No início de 2018, a operadora de terminais China Merchants Port (CMPort) finalizou a compra do porto de Paranaguá, no Paraná, e a

China Railway Engineering Group participa do Porto Sul, em Ilhéus. Na área energética, empresas como State Power Investment Overseas, State Grid e Three Gorges estão presentes em projetos hidrelétricos e linhas de transmissão (Belo Monte, Santo Antônio, São Simão, Teles Pires, São Manoel, Cachoeira Caldeirão, e Santo Antônio do Jari). A State Grid também comprou a CPFL e 23 concessionárias de distribuição de energia (Ibidem, p. 37).

Como demonstrado ao longo dessa seção, a produção de soja no Brasil é forte na lavoura, ou seja, “da porteira para dentro”, enquanto nos elos de distribuição e comércio, “da porteira para fora”, ela é dependente do capital externo, principalmente o chinês que atua em várias atividades, desde a comercialização, com a estatal COFCO, passando pelo processamento e em investimentos na infraestrutura para o escoamento dos grãos. Vale ressaltar que o mercado interno é um grande destino para a produção, já que a soja e seu farelo abastecem a indústria de ração que é fundamental para a pecuária bovina e a produção de carne de aves, as quais cresceram exponencialmente nas últimas décadas.

Do ponto de vista dos produtores de soja, as empresas de capital estrangeiro são fundamentais para investimentos em infraestrutura, para a venda, estocagem e processamento de grãos, bem como para a compra de sementes. Ao mesmo tempo, são essas empresas que impõem preços e os subordinam, algo que pode gerar conflitos, como veremos adiante. Esses fatores permitem caracterizar os produtores de soja como um setor pertencente à GBI, pois ao mesmo tempo que são dependentes do capital estrangeiro apresentam divergências em relação a este. Veremos na próxima seção se o posicionamento dos produtores reflete isso.

2.3 A Aprosoja Brasil

A Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) foi fundada em 1990 e suas pautas eram melhor infraestrutura e logística, a agregação de valor aos grãos e a negociação da dívida dos produtores rurais. Quase trinta anos depois de sua fundação,

a entidade cresceu, bem como a produção de soja que hoje é o carro chefe das exportações brasileiras, e hoje conta com dezesseis associadas estaduais, como a Aprosoja Mato Grosso. As reivindicações, no entanto, não mudaram substancialmente e continuam as mesmas, com destaque para a adição da questão da nova legislação ambiental (o novo Código Florestal, Lei nº 12.651 de 2012)⁶ cuja realização e aprovação no Congresso teve defesa fundamental da Aprosoja que atuou com a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) (APROSOJA BRASIL, 2019).

Nessa primeira investigação dos documentos da entidade foram analisados 60 artigos que estão em seu site, dos anos de 2014 a 2018. Entre os temas dos artigos, destacam-se aqueles relacionados às i) políticas ambientais; ii) política externa e relações com atores externos; 3) políticas fiscais e trabalhistas e 4) políticas de infraestrutura e a logística.

Importante ressaltar que, ao longo da leitura dos artigos, ficou nítido que a Aprosoja Brasil representa os produtores e suas demandas, que podem ser considerados, olhando para a cadeia de produção da soja, a “porteira para dentro”. Ademais, a entidade apoia a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), elogiando sua ex-presidente, a atual senadora Kátia Abreu, bem como a FPA quando, no período das últimas eleições em 2018, aconselhou os produtores a investir nas campanhas de candidatos para compor a frente (Idem). Além disso, a entidade, em 2014, via como positivo a candidatura de Dilma para a reeleição ao cargo de presidente, como podemos notar no trecho de artigo publicado na época eleitoral:

(...) no discurso a presidenta Dilma está sabendo realmente pontuar muito bem todas as angústias do setor. Deixou claro que se preocupa com a aplicabilidade do Plano Safra e destacou que burocracia tem prejudicado

⁶ A aprovação e sanção do novo Código Florestal foram permeadas por várias controvérsias, sobretudo em três pontos: a ampliação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), as alterações na questão da Reserva Legal (RL) e a concessão de Anistia. De acordo com o então coordenador do *Greenpeace*, Paulo Adário, “Os deputados ruralistas estão usando o Código Florestal na campanha eleitoral, para conquistar votos de produtores pelo país. A aprovação do texto na comissão especial era “carta marcada”. Todos sabiam que seria aprovado” (BALZA, 2015).

a celeridade, seja do programa de armazenagem, que teve pouca efetividade no seu primeiro ano, seja na evolução da eficiência portuária, bem como do sonho de um modal equilibrado e competitivo com ferrovias e hidrovias. (...)

Uma coisa é certa, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o comando do país, nós produtores ficamos de cabelo em pé, pelo que poderia vir para o nosso lado (...) Mas felizmente foi o contrário e o atual governo reconhece nossas lutas e conquistas. E com isso, nossa vida continuou, seguiu, em alguns temas avançamos e em outros seguimos com as nossas batalhas (SILVEIRA, 2014).

Entretanto, em 2016, a Aprosoja Brasil demonstrou apoio ao impeachment da então presidente ao participar de encontro de entidades do setor agropecuário que referendaram a ação a favor da saída de Dilma feita pela CNA. Além disso, a entidade também apoiou os deputados da FPA que votaram a favor do impeachment.

A Associação Brasileira dos Produtores de Soja – APROSOJA BRASIL vem a público externar seu apoio aos deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e todos os demais parlamentares que votaram favoravelmente pelo Impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Ao se posicionarem assim, estes parlamentares deram ao país a esperança de olhar para o horizonte e sonhar com dias melhores, emergir da crise rumo um novo caminho de recuperação social e econômica (APROSOJA BRASIL, 2016).

Já durante a campanha eleitoral de 2018, a Aprosoja Brasil apoiou Bolsonaro que defendia uma agenda de governo completamente diferente do candidato do PT, Fernando Haddad, apostando, por exemplo, na flexibilização do porte de armas e em relações prioritárias com países como Estados Unidos e Israel, em detrimento da China. Em entrevista à revista Exame, o atual presidente da entidade, Bartolomeu Braz Pereira, disse que “Bolsonaro é quase unanimidade no setor (...) Os produtores o apoiam por suas propostas nas questões de segurança e fundiária” (BATISTA; FREITAS, 2018).

2.3.1 Políticas ambientais

Dos 60 artigos, ao menos 18 deles tratam do meio ambiente e dos agrotóxicos direta ou indiretamente. De maneira cronológica, no período em tela, o primeiro deles data de 30/05/2014 sendo o discurso oficial de posse do então novo presidente da Aprosoja Brasil, Almir Dalpasquale, no qual se apresenta quais seriam os focos da gestão e, entre eles, estão o registro de novos produtos fitossanitários (agrotóxicos) e as questões ambiental e indígena pois, segundo Dalpasquale, as licenças ambientais e a consulta aos indígenas são fatores que travam as obras de infraestrutura no Brasil. Também aparecem elogios ao novo Código Florestal e ao ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o produtor rural Neri Geller (DALPASQUEALE, 2014).

Já no ano seguinte, em 07/08/2015, é reproduzido uma entrevista com o ex-ministro do MAPA durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, Roberto Rodrigues, no qual novamente há uma crítica à legislação ambiental (RODRIGUES, 2015). Inclusive, tanto Rodrigues quanto Geller são ex-ministros dos governos do PT (Lula e Dilma) que aparecem de maneira positiva ao longo dos artigos.

Ao mesmo tempo que a legislação ambiental aparece como empecilho, em vários artigos há uma defesa de que o agronegócio atuaria como grande preservador do meio ambiente e que o rótulo de que os produtores são “desmatadores” não seria verdadeiro. No artigo reproduzido em 18/08/2016 de autoria de Evaristo de Miranda, pesquisador da Embrapa, é utilizada a seguinte frase “Quando o assunto é meio ambiente (...) o agronegócio é muito mais solução do que preocupação” (MIRANDA, 2016). Miranda aparece como autor de outros artigos sobre o tema e, em um deles, do dia 05/06/2017, argumenta que a agricultura lidera a preservação ambiental no Brasil (Idem, 2017).

Percebemos que o contexto dos artigos supracitados é o da discussão sobre o julgamento pelo Superior Tribunal Federal (STF) de inconstitucionalidade de alguns pontos do novo Código Florestal. Em 2013, logo após a sanção da lei, a Procuradoria-Geral da República e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentaram quatro ações contra ela, que abordaram questões como as regras de uso das Áreas de Preservação Permanente (APP's) e Reserva Florestal, e a Anistia aos agricultores que agrediram o meio ambiente antes de 2008, mas que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O julgamento do STF começou em setembro de 2017 e terminou em fevereiro de 2018 com parecer favorável à constitucionalidade do novo Código Florestal.

Em relação aos agrotóxicos, a defesa começa pela utilização de nomes mais “amenos” para esses produtos, como defensivos agrícolas, produtos fitossanitários e, até mesmo, remédios de plantas. Segundo os artigos, como o do então diretor executivo da Aprosoja Brasil, Fabrício Rosa, da data de 14/06/2018, os agrotóxicos não fazem mal a saúde e a retórica contra eles são frutos da ideologia disseminada por “partidos de esquerda” e instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Aparecem também críticas ao sistema brasileiro para registrar novos agrotóxicos que, em geral, leva cerca de oito anos e é altamente burocrático (ROSA, 2018).

No mesmo mês do artigo de Rosa estava ocorrendo na Comissão Especial da Câmara dos Deputados a discussão sobre o PL 6299/2002, popularmente conhecido como “Pacote do Veneno” que, entre outras propostas, flexibilizava o processo de registro de agrotóxicos, retirando dele os ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, deixando o poder de aprovação do registro nas mãos exclusivamente do MAPA. O PL foi aprovado e, até onde conseguimos apurar, ainda não foi votado no Congresso.

2.3.2 Política externa e relação com atores externos

O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo e o maior exportador, sendo que cerca de metade da produção de grãos é destinada ao mercado externo e, deste montante, 75% vai para a China (CUNHA; ESPÍNDOLA, 2015). Dito isso, é perceptível o motivo que esse tema é tão caro para a Aprosoja Brasil e aparece em vários artigos. A China é o único país que tem artigos que tratam diretamente de seu mercado e de suas relações bilaterais com o Brasil.

Uma constante nos artigos que tratam do tema, além da China, é a atuação de ONG's e grupos internacionais sobre o agronegócio brasileiro. No final de 2014 vários presidentes das Aprosoja's estaduais publicaram artigos sobre suas demandas para o próximo ano, o qual começaria um novo mandato de Dilma. O presidente da filial do Rio Grande do Sul, Décio Teixeira, reclama sobre essa questão e o governo:

(...) de forma recorrente enfrentamos a insensibilidade do governo, eivado de pautas ideológicas (...) junto com ONGs, atores globais e outras figuras sem compromisso com o Brasil, investem contra o setor produtivo que ainda dá algum fôlego a estabilidade socioeconômica do país (TEIXEIRA, 2014).

Da mesma forma, em artigo publicado em 30/10/2017 o então presidente da Aprosoja Brasil, Marcos da Rosa, critica a atuação de ONG's internacionais que, segundo sua perspectiva, estariam tentando prejudicar a imagem do agronegócio brasileiro no cenário internacional por causa da sua importância e competitividade frente aos países desenvolvidos. Ele lembra da publicação de um estudo produzido pela ONG *Union of Concerned Scientists*, o "*Farms Here, Forests There*" (Fazendas aqui, Florestas lá) o qual "defende que o plantio deveria ficar restrito às nações desenvolvidas, enquanto países como o Brasil deveriam ser limitados a uma agricultura de subsistência e extrativista" (ROSA, 2017). Sobre o documento citado, Ortuso (no prelo, p. 43) argumenta que

(...) é um fato que a campanha financiada pelos americanos para a conservação das florestas tropicais não tem como objetivo principal a preocupação com o meio ambiente do planeta, ou as terras indígenas e áreas públicas já protegidas no Brasil, mas sim, fundamentalmente, a lucratividade do agronegócio norte-americano. Algo que é inclusive calculado no referido documento.

Já no ano de 2018, em um artigo reproduzido do ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo, o qual inclusive foi relator do novo Código Florestal, fala-se, novamente, em interesses de grupos internacionais que buscariam favorecer a exportação de seus produtos, em detrimento do agronegócio brasileiro, ao criticarem o Código e defenderem a redução de área cultivável (REBELO, 2018). Ainda em 2018, em outro artigo de Fabrício Rosa, há uma crítica à narrativa contra a agricultura brasileira perpetuada por ONG's financiadas pelos concorrentes comerciais do Brasil (ROSA, 2018).

Em relação à China, analisamos tantos artigos técnicos, que tratam da importância chinesa com números e projeções, como aqueles mais opinativos, em que o país desponta como o principal parceiro para a soja brasileira nas relações bilaterais. A preocupação com a desaceleração da economia da China, sobretudo após 2015, e as possíveis consequências do embate comercial entre ela e os Estados Unidos também são latentes.

No dia 29/09/2016, em outro artigo da autoria de Evaristo de Miranda, argumenta-se a favor de termos a China como parceira estratégica para, além das vendas comerciais, em áreas como a infraestrutura de transporte, armazenamento e indústria de base. O papel do Brasil como país que alimenta o mundo também é ressaltado pois, segundo Miranda, mais de um bilhão de pessoas consomem os produtos brasileiros, sendo a região mais promissora nesse sentido a Ásia: “Alimentar o mundo é sinônimo de alimentar a Ásia” (MIRANDA, 2016). Ainda no mesmo artigo, Miranda elogia a missão que o ministro do MAPA à época, o magnata da soja Blairo Maggi, realizou durante um mês percorrendo sete países asiáticos (China, Coreia do Sul, Tailândia, Mianmar, Vietnã, Malásia e Índia).

No único artigo em que os Estados Unidos aparecem com mais destaque, no qual se analisa os possíveis impactos da vitória do republicano Donald Trump nas eleições em 2016, a China ainda é tratada como foco para a agricultura. Há uma preocupação quanto ao protecionismo que Trump defendia (e ainda defende), porém, de acordo com o autor do artigo, José Luiz Tejon Megido, a curto prazo o setor deveria dar mais ênfase para as relações com a Ásia, China, Oriente Médio, África e América Latina (interessante notar que todas essas regiões são aquelas colocadas em segundo plano pela política externa de Bolsonaro) (MEGIDO 2016).

Trump aparece em outro artigo, mais recente (18/12/2018), o qual trata sobre as perspectivas para 2019 do presidente da Aprosoja Brasil, Bartolomeu Braz Pereira, e seu nome é trazido para dar uma advertência a Bolsonaro. De acordo com o presidente da entidade, nos Estados Unidos “os produtores que antes apoiaram o presidente (...) hoje são opositores. Aqui, o governo novo tem a oportunidade de resolver problemas atuais e aprender com os erros da gestão Trump”. Pelo tom do artigo, os erros estariam ligados justamente ao protecionismo defendido pelo governo americano e a consequente guerra comercial com a China, a qual afetou negativamente os produtores de soja (PEREIRA, 2018).

A guerra comercial entre Estados Unidos e China começou em março de 2018 quando o primeiro sobretaxou produtos importados chineses como o aço e o alumínio. Como resposta, a China aumentou a tarifa de produtos americanos, entre eles a soja. Isso gerou, em um primeiro momento, maiores lucros para os produtores de soja brasileiros, entretanto a Aprosoja Brasil expressou certa preocupação quanto aos benefícios dessa guerra.

No artigo do ex-presidente da entidade, Marcos da Rosa, ele diz não crer em vantagens na guerra comercial supracitada já que, além da China já ter soja comprada dos

Estados Unidos em operações futuras, sem as novas taxas, o mercado chinês necessita da soja americana pois importaria, no ano de 2018, cerca de 100 milhões de toneladas (somente a produção brasileira total seria de 114 milhões de toneladas). Vale ressaltar que Rosa critica o fato da compra e venda da soja serem reguladas pela Bolsa de Chicago. Para ele, “os produtores de soja brasileiros precisam encontrar um caminho para negociar diretamente com os chineses por meio de uma bolsa brasileira, sul-americana ou por meio de contratos” (ROSA, 2018).

É perceptível nos artigos mencionados o posicionamento que podemos caracterizar como da GBI da Aprosoja Brasil, pois, ainda que os produtores de soja dependem em algum grau do capital estrangeiro, eles demonstram conflitos com ele. A demanda de uma relação mais estreita com a China, Ásia e outros países e regiões em desenvolvimento, como o caso da América Latina, em detrimento dos Estados Unidos e da Europa (que praticamente não é mencionada nos artigos), também é um fato importante a ser notado, já que diverge totalmente da política externa adotada pelo governo apoiado pelos produtores de soja, o de Bolsonaro.

2.3.3. Políticas fiscais e trabalhistas

Em vários dos artigos analisados surgem preocupação sobre cobranças de impostos e a defesa de um Estado mais enxuto e com menos carga tributária, ainda que o setor seja um dos que mais possuem isenções fiscais. Nesse sentido, também é feita a defesa de leis trabalhistas e ambientais mais flexíveis que, na perspectiva da entidade, não travem tanto a produção.

Seguinte em ordem cronológica, o artigo assinado por Glauber Silveira em 22/04/2014, questiona se valeria a pena produzir no Brasil. Questões como o direito indígena e as legislações ambientais e trabalhistas tornariam a produção da agricultura onerosa. Tais questões também criariam obstáculos para que o país tivesse melhor infraestrutura e

logística, já que obras precisam de licença ambiental e, dependendo da onde serão construídas, consulta aos indígenas (SILVEIRA, 2014).

Em artigo de 22/07/2014 do presidente à época da Aprosoja do Piauí, Moysés Barjud, há crítica ao entendimento de trabalho escravo como uma jornada exaustiva e degradante. Seria muito subjetivo, para Barjud, identificar um trabalhador submetido a um regime escravo. O contexto dessa crítica é a aprovação da emenda constitucional 81 de 2014, que autoriza a desapropriação de terra se fosse constatado que nela está acontecendo trabalho escravo (BARJUD, 2014). Já Vanderlei Silva Ataídes, então presidente da Aprosoja do Pará, em artigo de 21/10/2014 critica a Lei do motorista profissional (Lei 12.619 de 2012) a qual determinava que o motorista trabalhasse no máximo dez horas por dia e descansasse 30 minutos a cada quatro horas (ATAÍDES, 2014).

Barjud ainda faz defesa da terceirização, a qual também aparece como algo positivo em artigo de Rui Prado, ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), que é a favor da Lei 4.330 de 2004 da terceirização da mão-de-obra, pois essa seria justa no que tange às relações entre trabalhadores e proprietários rurais (BARJUD, 2014).

Na data de 03/02/2016 a atual ministra do MAPA, Tereza Cristina, publicou um artigo no qual criticou veementemente a proposta do governo Dilma de recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ainda, segundo Cristina, o problema do Estado brasileiro não era a arrecadação de impostos, mas sim a corrupção, segurança pública e a educação pública ideologicamente enviesada (DIAS, 2016).

Na questão dos impostos outra preocupação latente da Aprosoja Brasil foi uma possível volta da cobrança de taxas sobre as exportações de produtos agrícolas, mais

precisamente a revogação da Lei Kandir de 1996 que isentou pagamento de ICMS sobre a exportação de produtos primários e semi-elaborados. De acordo com artigo publicado em 19/10/2017, depois da promulgação da lei a produção de soja aumentou quatro vezes e a única razão para revogá-la seria manter um Estado falido e cheio de privilégios, o qual sofreria com a má gestão de recursos (APROSOJA BRASIL, 2017).

Entretanto, apesar dessa posição a favor de um Estado menor, com menos impostos e que flexibilizasse as relações entre trabalhador e patrão, bem como a legislação trabalhista, a Aprosoja Brasil, quando é de seu interesse, defende um Estado diferente, atuante. É o caso do Seguro Rural, cuja promessa do governo Dilma em destinar 700 milhões de subsídios para os produtores é cobrada em artigo do ex-presidente da Aprosoja Paraná, José Sismeiro, de 16/12/2014.

2.3.4 Políticas de Infraestrutura e logística

A melhoria da infraestrutura e da logística no Brasil é uma das principais demandas da Aprosoja, já que o transporte rodoviário representa 61% da matriz de transporte do país e, de acordo com a Confederação Nacional de Transporte (CNT) dessa extensão rodoviária mais de 60% possui problemas, como a sinalização precária (ORTUSO, no prelo). Os artigos de Graziano (2016), Rodrigues (2015), Tomczyk (2014) e de Ataídes (2014) reclamam dessas questões.

Além disso, esse é um tema que permeia outras questões, como a relação com o capital externo, pois uma infraestrutura e logística ruins encarecem as exportações e há um movimento de busca deste capital para o investimento em melhorias, como o caso do chinês. Nesse sentido, o artigo de Miranda (2016) argumenta a favor de se buscar parceria estratégica com a China para investimentos em infraestrutura de transporte, armazenagem e indústria de base; e o de Rodrigues (2017) fala em parcerias com tradings nacionais e internacionais para ampliar o investimento em hidrovias e ferrovias.

Mais um vez aparece uma característica típica de GBI: a dependência, em algum grau, do capital externo.

3. A Aprosoja e o primeiro ano de governo Bolsonaro

No dia 04 de julho de 2019 em um encontro durante café da manhã com deputados e senadores da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o presidente Jair Bolsonaro disse “Esse governo é de vocês”. Complementou dizendo que

Ao longo de vinte e oito anos dentro da Câmara eu acompanhei e, mais do que isso, eu acredito que 100% votei com a bancada ruralista. E muitas vezes as questões nasciam ali como se fossem um parto de rinoceronte: era imprensa batendo em vocês, eram ONGS e eram também governos de outros países

[...]

Esses dois em especial [Macron e Merkel] achavam que estava tratando com governos anteriores que após reuniões como essa vinham para cá e demarcavam dezenas de áreas indígenas, demarcavam quilombolas, ampliavam áreas de proteção, ou seja, dificultavam cada vez mais o nosso progresso aqui no Brasil⁷

Como demonstrado na seção anterior, a FPA tem uma relação próxima com a Aprosoja Brasil, sendo que em vários artigos a representação parlamentar dos produtores de soja é tratada como algo fundamental. Isso é importante para entendermos posteriormente as notícias em que a atuação da atual ministra do MAPA, Tereza Cristina, é tratada como algo positivo, visto que ela, antes de tomar posse, era a presidente da Frente. Em artigo publicado em 28/06/2019, portanto alguns dias após o encontro supracitado, as autoras Cenci e Lacerda (2019) argumentam que

(..) o trabalho que estes representantes (FPA e Bancada Ruralista) fazem para defender o nosso setor agropecuário é sim um dos mais relevantes e bem organizados que temos no país. E você, produtor rural, deve se

⁷ Disponível em <<https://amazonia.org.br/2019/07/esse-governo-e-de-voces-diz-bolsonaro-a-ruralistas/>> Acesso em 10 mar. 2020.

orgulhar e mergulhar junto no acompanhamento deste trabalho que cresce a cada ano.

Em janeiro daquele ano, durante a cerimônia de posse do novo presidente da FPA, Alceu Moreira (MDB-RS), Bolsonaro (2019), ao comentar sobre as dificuldades para a produção no campo, disse que “Não é fácil, são desafios, trabalho de sol a sol, de segunda a segunda. Contem com alguém que está ao lado de vocês para que possam ter a devida segurança jurídica para poder plantar e produzir”. Quando Bolsonaro disse que o governo é da FPA ele está se referindo também aos produtores de soja representados pela Aprosoja Brasil a qual, por sua vez, apoia de maneira incisiva a atuação da Frente no Congresso.

Apesar dessa retórica, pontuamos que o governo de Bolsonaro é apoiado pela frente neoliberal ortodoxa, composta pelo capital estrangeiro, a fração burguesa associada a ele e pela alta classe média. São essas frações da burguesia que detêm a hegemonia no bloco no poder e as políticas implementadas buscam atender a seus interesses de forma prioritária. Especificamente dentro da cadeia de produção da soja, a “porteira para fora” composta por grandes empresas da área comercial e de processamento, as *tradings*, que são em sua maioria de capital estrangeiro com algumas concorrentes nacionais importantes, como a JBS e a Amaggi, tem seus interesses privilegiados em relação à “porteira para dentro”, pois são as empresas daquele setor que impõe preços e detêm a maior parte da tecnologia para a produção.

Entendemos que políticas realizadas por parte do governo que intensificaram as privatizações, a desregulamentação financeira e a abertura comercial com defesa irrestrita do livre comércio, as quais caracterizam um “neoliberalismo puro e duro” (BOITO JR, 2016, p.156), mostram o atendimento aos interesses das frações burguesas que compõem a frente neoliberal ortodoxa. Como exemplos, podemos citar:

i) o anúncio da venda de oito refinarias da Petrobrás⁸ ii) a proposta de venda da Eletrobrás⁹; iii) a venda de ativos de empresas estatais como a Petrobrás, a Caixa Federal e o Banco do Brasil, sendo que a maior delas foi feita pela primeira com a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG)¹⁰; iv) o Acordo Mercosul-União Europeia, o qual beneficiaria as grandes empresas comerciais do agronegócio, ao mesmo tempo que traria impactos negativos principalmente para a indústria brasileira não só pela concorrência no mercado com produtos europeus, mas também porque o acordo prevê que empresas do velho continente poderiam participar de licitações públicas.

Os produtores de soja não detém e também não pretendem ter a hegemonia do bloco no poder, sendo que dentro da cadeia de produção são submetidos pelo grande capital comercial. A afirmação de que “Esse governo é de vocês” deve ser dentro desse contexto, limitando-se a convergências entre o governo e esses produtores. Apresentaremos então quais são essas convergências, analisando quais reivindicações da Aprosoja Brasil foram atendidas e quais não. Além disso, veremos que algumas dessas convergências causaram desentendimento entre governo e o grande capital comercial, como aconteceu no caso da disputa pela revogação da moratória da soja. Também iremos verificar neste capítulo se o posicionamento da Aprosoja Brasil durante o primeiro ano do governo Bolsonaro foi condizente com sua caracterização como grande burguesia interna.

Para tanto, dividimos o capítulo em quatro seções. Nas primeiras três, apresentamos um panorama geral das políticas implementadas pelo governo Bolsonaro nas áreas

⁸ Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/22/petrobras-avanca-em-1a-etapa-de-processo-de-venda-de-refinarias.ghtml>> Acesso em 22 jul. 2020.

⁹ Disponível em

<<https://www.poder360.com.br/economia/entenda-a-proposta-de-privatizacao-da-eletobras-do-governo-bolsonaro/>> Acesso em 22 jul. 2020.

¹⁰ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/bolsonaro-ja-vendeu-r-91-bi-em-ativos-de-bb-petrobras-e-caixa.shtml>> Acesso em 22 jul. 2020.

fiscal, de infraestrutura e logística, ambiental e externa, seguindo a classificação feita anteriormente. Não pretendemos fazer uma análise completa e exaustiva de todo programa político do governo Bolsonaro e por isso focamos em políticas e medidas que possuem alguma relação com o objeto de estudo. Na última seção apresentamos quais foram as reivindicações da Aprosoja Brasil durante o período nas áreas supracitadas, buscando dessa forma explicitar quais foram atendidas pelo governo.

3.1 Políticas fiscais e de infraestrutura e logística do primeiro ano do governo Bolsonaro

Desde a campanha eleitoral, apoiado pelo economista Paulo Guedes, Bolsonaro defendia políticas neoliberais de mais austeridade, privatizações, livre comércio e menos peso do Estado em áreas como saúde e educação. Com a nomeação de Guedes para a pasta da Economia, vimos essa visão implementada pelo governo, como por exemplo na Reforma da Previdência¹¹ que teve como objetivo principal diminuir o gasto público e cujo apoio fundamental para a aprovação foi do agronegócio e da bancada ruralista no Congresso.

Algumas ações por parte do governo tentaram diminuir o apoio e a proteção que o agronegócio obtinha por parte do Estado. Foi o caso de uma decisão publicada no Diário Oficial da União (DOU) que acabava com a cobrança de uma taxa *antidumping* em vigor desde 2001, cujo efeito seria encarecer o leite em pó importado. Isso gerou protestos por parte da bancada ruralista e o governo acabou recuando e prometeu que iria encontrar uma alternativa ou voltar a cobrar a taxa¹². Será exposto mais à frente que, apesar da agenda econômica e fiscal defendida pelo governo, o agronegócio conseguiu continuar recebendo recursos expressivos do Estado. Em relação aos

¹¹ Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/22/reforma-da-previdencia-entenda-ponto-a-ponto-a-proposta-aprovada-em-2o-turno-no-senado.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

¹² Disponível em

<<https://contrafbrasil.org.br/noticias/governo-federal-recua-sobre-fim-de-barreira-comercial-para-importacao-de-leite-a147/>> Acesso em 19 abr. 2020.

pequenos produtores e à agricultura familiar, as medidas tomadas foram no sentido contrário. Em 2019, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) suspendeu repasses para o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o que poderia chegar a R\$ 800 milhões¹³.

No que tange à infraestrutura e à logística, as privatizações e a abertura para mais investimentos do setor privado também foi mote do governo. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, anunciou que estava estudando realizar a fusão de três estatais que atuavam nesta área, sendo elas a Infraero, a EPL e Valec¹⁴. Ademais, em resolução publicada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) constava que pretendia-se estimular o transporte de cabotagem, cujo investimento era apenas através de empresas públicas, abrindo o setor para que empresas privadas pudessem atuar e, assim, ter mais competitividade e redução de preços¹⁵.

Além disso, apesar dos distanciamento do governo em relação ao multilateralismo e ao BRICS, foi anunciado que o Brasil iria receber US\$ 621 milhões do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), instituição financeira criada em 2015 no âmbito do bloco. Foram aprovados quatro projetos em território brasileiro, nas áreas de energias renováveis, refinarias da Petrobrás, construções de estradas e investimentos em rodovias e ferrovias, entre outros¹⁶.

¹³ Disponível em

<<https://contrafbrasil.org.br/noticias/nota-publica-sobre-a-suspensao-do-financiamento-do-pronaf-216b/>> Acesso em 19 abr. 2020.

¹⁴ Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/11/governo-avalia-possivel-fusao-de-infraero-valec-e-epl-diz-ministro-da-infraestrutura.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

¹⁵ Disponível em

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,abertura-da-cabotagem-para-empresas-estrangeiras-divi-de-economia-e-infraestrutura-,70003004128>> Acesso em 19 abr. 2020.

¹⁶ Disponível em

<<https://valor.globo.com/brasil/coluna/banco-do-brics-chega-ao-pais-com-carteira-de-us-621-milhoes.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

Enquanto a austeridade fiscal pretendida pelo governo parece não atingir o agronegócio, o setor, que tem como uma de suas principais reivindicações a melhoria da infraestrutura e logística, pode se beneficiar com o estímulo ao transporte de cabotagem e com os investimentos em estradas e ferrovias feitos com o montante repassado pelo NDB. Todavia, é válido frisar um fator que se tornou motivo de embate entre o agronegócio e o governo é a manutenção da política de preços da Petrobrás, a qual deixa o valor dos insumos flutuarem conforme a cotação internacional, pois ela deixou sucessivamente o preço do diesel mais caro ao longo do ano de 2019, o que encarece também o transporte de produtos para o agronegócio¹⁷.

3.2 Política ambiental do primeiro ano do governo Bolsonaro

As questões ambientais foram palco de amplo debate público durante 2019. Nas suas medidas e posicionamentos referentes a isso, Bolsonaro enfraqueceu a luta contra o desmatamento na Amazônia e por mais direitos indígenas e de pequenos produtores rurais, com ações como: i) a MP 886/19 que colocou nas mãos do MAPA a demarcação das terras indígenas¹⁸; ii) a MP 870/19 que alocou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) também sob o MAPA¹⁹; iii) a transferência do Serviço Florestal Brasileiro do ministério do Meio Ambiente para o MAPA²⁰; iv) o Decreto 9.760/19, cuja função foi criar uma burocracia para intermediar multas ambientais e, até mesmo, anulá-las²¹; v) suspensão de 100% do orçamento da Casa de Saúde Indígena,

¹⁷ Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/11/petrobras-vai-manter-politica-de-reajuste-de-precos-dos-combustiveis-diz-presidente-da-estatal.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

¹⁸ Disponível em

<<https://fpabramo.org.br/2019/06/20/bolsonaro-devolve-demarcacao-de-terras-indigenas-para-a-agricultura/>> Acesso em 19 abr. 2020.

¹⁹ Disponível em

<<https://fpabramo.org.br/2019/02/26/mudancas-institucionais-no-incra-desfavorecem-a-reforma-agraria/>> Acesso em 19 abr. 2020.

²⁰ Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50412828>> Acesso em 19 abr. 2020.

²¹ Disponível em

<<https://fpabramo.org.br/2019/04/17/decreto-de-bolsonaro-favorece-crime-ambiental-no-pais/>> Acesso em 19 abr. 2020.

principal centro de acompanhamento de saúde indígena²² e vi) a exoneração de Franklimberg Ribeiro de Freitas da presidência da Funai após pressão da bancada ruralista²³.

A indicação de Rodrigo Salles para comandar o ministério do Meio Ambiente que, nas palavras do presidente, era “casado” com o agronegócio²⁴, também favoreceu o enfraquecimento supracitado. O ministro cortou em 24% o orçamento anual para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e diminuiu investimentos no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMbio)²⁵. Salles também paralisou contratações de 34 projetos para recuperação florestal que estavam previstos pelo Ibama²⁶.

Entre agosto e outubro de 2019, foi registrado um aumento exponencial de queimadas na Amazônia, o que gerou grande repercussão internacional do desmatamento na região. Entretanto, o discurso defendido pelo governo foi de que as queimadas eram frutos da estiagem típica daquela época do ano e de incêndios feitos por atores que queriam manchar a imagem de Bolsonaro, como visto em seu discurso da ONU. Salles colocou a culpa em gestões anteriores, afirmando que “fiscalização não resolve a questão do desmatamento e das queimadas na Amazônia”²⁷. Nesse contexto,

²² Disponível em <<https://fpabramo.org.br/2019/03/26/governo-suspende-100-da-verba-da-saude-indigena/>> Acesso em 19 abr. 2020.

²³ Disponível em <<https://fpabramo.org.br/2019/06/13/funai-sofre-pressao-dos-ruralistas/>> Acesso em 19 abr. 2020.

²⁴ Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662>> Acesso em 19 abr. 2020.

²⁵ Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-ricardo-salles-manda-cortar-24-do-orcamento-do-ibama,70002806082>> Acesso em 19 abr. 2020.

²⁶ Disponível em <<https://exame.abril.com.br/economia/governo-paralisa-r-1-bi-para-34-projetos-de-recuperacao-ambiental/>> Acesso em 19 abr. 2020.

²⁷ Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/26/salles-diz-que-fiscalizacao-da-amazonia-nao-resolve-questao-de-desmatamento-nao-e-como-fiscalizar-uma-praca.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

aconteceu em outubro o Sínodo da Amazônia, reunião de bispos da igreja católica do mundo inteiro para discutir a preservação da floresta. O governo viu com preocupação o evento e tentou miná-lo, o general Villas Bôas, assessor do Gabinete de Segurança Institucional, acusou o Sínodo de ter “viés político”²⁸. Outra consequência do aumento das queimadas e do desmatamento, foi o anúncio de suspensão de repasses para o Fundo Amazônia feitos pela Noruega e pela Alemanha²⁹, que eram responsáveis por mais de 99% destes recursos. Cerca de 60% do Fundo era destinado para instituições públicas, entre elas o Ibama, que utilizava o valor para operações especiais na Amazônia.

Inferimos, portanto, que a política ambiental implementada por Bolsonaro e defendida por Salles visou a enfraquecer órgãos públicos de combate ao desmatamento, bem como aqueles voltados para a proteção indígena e de pequenos produtores. Por outro lado, teve um viés claro de beneficiar o agronegócio e dar mais poderes para o MAPA, em detrimento do ministério do Meio Ambiente.

3.3 Política externa do primeiro ano do governo Bolsonaro

Durante a campanha eleitoral em 2018, o programa de governo apresentado por Bolsonaro mencionava uma política externa que deixaria de desprezar Estados que possuíam governos com semelhanças com o que era defendido nos âmbitos ideológico, político e econômico pelo então candidato. Os Estados citados eram Estados Unidos, Israel e Itália³⁰, os quais, vale dizer, teriam muito pouco a oferecer em termos econômicos para o agronegócio brasileiro, sobretudo para a soja. Os Estados Unidos

²⁸ Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,villas-boas-discussoes-no-sinodo-tem-vies-politico,70002993896>> Acesso em 19 abr. 2020.

²⁹ Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/15/noruega-suspende-repasses-de-r-133-milhoes-p-ara-o-fundo-amazonia.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

³⁰ Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>> Acess em 17 abr. 2020.

possui como presidente o republicano Donald Trump, praticamente um “guru” para Bolsonaro e seus filhos que ocupam cargos públicos, Flávio, Eduardo e Carlos. Israel, por seu turno, é o maior aliado dos americanos no Oriente Médio, sendo governado à época pelo primeiro-ministro conservador Benjamin Netanyahu. A Itália estava com um governo composto pela coalizão entre o partido de extrema-direita, o Liga Norte, e o Movimento 5 Estrelas, cuja característica é ser contra o establishment.

A Ásia e, particularmente a China, principais destinos para os produtores do agronegócio, foram escanteadas nas promessas para a política externa. Em editorial de um jornal estatal chinês³¹, que era visto como uma espécie de porta-voz do governo, foi feito um alerta dizendo que, se Bolsonaro seguisse a linha de Trump e cortasse ou diminuísse as trocas comerciais com os chineses, poderia acarretar em impactos negativos para as relações bilaterais entre os dois países. Se isso acontecesse, seria por razões puramente ideológicas, já que não haveria fatores pragmáticos para rompimento com os chineses.

O projeto de alinhamento com os Estados Unidos, sobretudo, foi confirmado com a escalção de Ernesto Araújo para comandar a pasta de Relações Exteriores. Ele já era conhecido como um admirador de Trump, tendo defendido o presidente americano como o salvador da cultura ocidental contra uma ameaça do “marxismo cultural” e do “globalismo” (ARAÚJO, 2017). Já como ministro, em março de 2019, Araújo proferiu uma aula magna aos estudantes do Instituto Rio Branco, onde ele disse que “não venderemos nossa alma” para comercializar soja e ferro, o que causou mais um ruído com a bancada ruralista e com a FPA³². Ao longo do ano, Araújo viajou seis vezes para os Estados Unidos e Bolsonaro três, se tornando o presidente que mais visitou aquele país proporcionalmente levando em consideração o tempo de mandato.

³¹ Disponível em

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-editorial-china-faz-alerta-a-bolsonaro-e-diz-que-custo-pode-ser-grande-para-o-brasil,70002576662>> Acesso em 17 abr. 2020.

³² Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/agronegocio-se-queixa-de-declaracoes-de-chanceler/>> Acesso em 17 abr. 2020.

Entre os dias 17 e 19 de março, Bolsonaro fez sua primeira viagem para os Estados Unidos como presidente. Em sua comitiva, estavam sete ministros, entre eles Araújo, Paulo Guedes, da Economia, Sérgio Moro, da Justiça e Tereza Cristina, do MAPA. Seu filho, Eduardo Bolsonaro, que havia sido empossado como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, também esteve presente. O primeiro evento oficial foi um jantar no dia 17, realizado na Embaixada do Brasil em Washington, casa do embaixador Sergio Amaral. Neste, estavam expoentes da ideologia da extrema-direita, como Olavo de Carvalho e o ex-estrategista de Trump, Steve Bannon. A China foi um assunto bastante discutido, sobre o qual Tereza Cristina fez uma intervenção ressaltando a importância do país para as exportações brasileiras, já que o setor do agronegócio não estava muito contente com a hostilização feita por membros do governo ao país³³.

No dia 19 houve o encontro entre Bolsonaro e Trump, no qual foram anunciados acordos. O primeiro deles foi o que acabou com a exigência de vistos para cidadãos americanos, japoneses, canadenses e australianos, sem nenhuma contrapartida. O segundo a ser destacado foi o acordo que possibilitaria a utilização da Base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos, também sem nenhuma contrapartida. Além destes, Bolsonaro anunciou que iria estabelecer uma quota tarifária para permitir importação anual de até 750 mil toneladas de trigo americano. E, outra vez, não teve nenhuma contrapartida, apenas uma promessa de que os Estados Unidos poderiam comprar mais carne do Brasil. O trigo americano é altamente subsidiado, o que iria afetar negativamente o trigo brasileiro e, também, o argentino, nosso maior exportador à época.

³³ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/guedes-rouba-cena-ao-falar-de-china-em-jantar-com-bolsonaro-em-washington.shtml>> Acesso em 17 abr. 2020.

Na ocasião, Trump disse que iria trabalhar para que o Brasil pudesse se tornar membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (ODCE), contanto que o país não tivesse mais tratamento especial na Organização Mundial do Comércio (OMC), o qual é dado àqueles países que são considerados em desenvolvimento. Entretanto, em outubro o governo americano decidiu endossar as candidaturas da Argentina e da Romênia³⁴.

Bolsonaro embarcou novamente para o solo americano em maio de 2019, com destino para a cidade de Dallas, no estado do Texas, onde recebeu uma homenagem da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos como personalidade do ano³⁵. A terceira e última visita aconteceu em agosto, quando o presidente brasileiro discursou pela primeira vez na Assembleia Geral da ONU³⁶. Em seu discurso, Bolsonaro, que estava sendo pressionado internacionalmente por causa das queimadas na Amazônia, fez críticas ao socialismo, ao governo de Nicolás Maduro na Venezuela, à Cuba, à imprensa e adotou uma postura de minimizar os efeitos do desmatamento. Além disso, elogiou Trump. Podemos notar essas questões nos trechos abaixo:

(...) Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições.

[...]

(...) nosso país deixou de contribuir com a ditadura cubana [ao acabar com o programa Mais Médicos], não mais enviando para Havana 300 milhões de dólares todos os anos. A história nos mostra que, já nos anos

³⁴ Disponível em

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/10/governo-dos-eua-desiste-de-apoio-a-brasil-na-ocde-diz-a-gencia.ghtml>> Acesso em 17 abr. 2020.

³⁵ Disponível em

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/16/o-brasil-de-hoje-e-amigo-dos-eua-diz-bolsonaro-ao-receber-premio-em-dallass.ghtml>> Acesso em 17 abr. 2020.

³⁶ Disponível em

<<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/imagem-no-exterior-bolsonaro-embarca-para-assembleia-da-onu-e-tres-ministros-ja-estao-em-viagem/>> Acesso em 17 abr. 2020.

60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de ditaduras.

[...]

A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo. O socialismo está dando certo na Venezuela! Todos estão pobres e sem liberdade!

[...]

Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência.

[...]

Em especial, [agradeço] ao Presidente Donald Trump, que bem sintetizou o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós (BOLSONARO, 2019)

Vale ressaltar que Bolsonaro também fez visita à China em outubro de 2019. Durante o encontro com Xi Jinping, foram assinados acordos em várias áreas, entre elas a agricultura que contou com um ato para protocolos sanitários nas exportações de carne termoprocessada, a qual é submetida ao processo de cocção antes da venda, e nas exportações de farelo de algodão³⁷. Um mês depois aconteceu em Brasília a Cúpula dos Chefes de Estado do BRICS que foi marcada pelas divergências entre seus membros, como no caso do tema da Venezuela, bem como pela postura do anfitrião presidente brasileiro que adota discurso de defesa do bilateralismo e críticas ao multilateralismo³⁸.

Outra viagem internacional de Bolsonaro que também repercutiu bastante foi à Israel, entre os dias 31/03/2019 e 02/04/2019. Logo que chegou, o presidente brasileiro

³⁷ Disponível em

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-10/bolsonaro-se-encontra-com-presidente-chines-p-ara-assinatura-de-acordos>> Acesso em 17 abr. 2020.

³⁸ Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/14/politica/1573752249_857549.html> Acesso em 19 abr. 2020.

anunciou a criação de um escritório comercial em Jerusalém, meio termo entre mudar ou não mudar a embaixada brasileira para a cidade, que foi uma promessa durante sua campanha eleitoral e que poderia criar mais ruídos com os Estados contrários à Israel. Importante lembrar que o Irã, principal adversário geopolítico de Israel e Estados Unidos no Oriente Médio, é um dos maiores destinos para a exportação de carne brasileira, que tem expertise em produzir a carne *halal*, fabricada de acordo com os preceitos de determinados pela Islã. Em troca, Bolsonaro ganhou o apoio de Israel para a entrada do Brasil na ODCE.

Em relação aos acordos comerciais, foram fechados dois. O primeiro deles foi o do Mercosul com a União Europeia, depois de duas décadas de negociações. O anúncio foi feito no final de junho, após reunião entre negociadores em Bruxelas que teve participação de Ernesto Araújo e Tereza Cristina. Quem anunciou em primeira mão a sua assinatura foi o Ministério da Agricultura que pode ilustrar bem o setor que espera ser o maior beneficiado pelo acordo, já que a pauta de exportações brasileiras para a Europa é composta em grande parte por produtos do agronegócio. Por outro lado, o setor que poderia ser onerado é a indústria, visto que os países da União Europeia são líderes em vários segmentos industriais.

O segundo acordo foi fechado em 23 de agosto entre Mercosul e os países do EFTA (Noruega, Suíça, Finlândia e Liechtenstein)³⁹. Nele, ficou estabelecido que, quando ratificado, eliminará tarifas dos produtores industrializados provenientes dos países do bloco europeu, enquanto os membros do Mercosul terão suas quotas quantitativas de exportação de produtores agrícolas aumentadas. Assim como no acordo anterior, este também poderá beneficiar o agronegócio em detrimento da indústria.

Como podemos notar, a política externa do primeiro ano de governo Bolsonaro, tomando como prisma os interesses do agronegócio, priorizou Estados que não são

³⁹ Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/20775-acordo-mercosul-efta-editoria>> Acesso em 19 abr. 2020.

economicamente positivos para o setor, como o caso de Estados Unidos e Israel, cuja aproximação poderia, inclusive, afetar as vendas de proteínas para o Irã e a produção de trigo brasileira. Fechou acordos de livre comércio que, se forem ratificados, poderão beneficiar as exportações do agronegócio, entretanto, o maior parceiro comercial e o mais promissor para este é a China, bem como a região da Ásia como um todo.

3.4 Posicionamentos e reivindicações da Aprosoja Brasil

Durante 2019 foram reproduzidos somente dois artigos no site oficial da Aprosoja Brasil e, por isso, decidimos focar nas notícias publicadas pela instituição que, como será exposto ao longo da análise, foram o meio utilizado por ela para publicizar suas demandas e posicionamentos. Notícias com caráter somente informativo não foram consideradas e, excetuando-se estas, o número total analisado nesta seção é de 58 que, somado aos dois artigos, resultam em 60 documentos.

Dentre as notícias, seguimos com quase a mesma classificação anterior de temas, sendo quatro principais: 1) políticas ambientais 2) política externa e relações com atores externos; 3) políticas fiscais e 4) políticas de infraestrutura e a logística. No primeiro semestre de 2019, notícias sobre os temas 3 e 4 são as mais numerosas, sendo que no segundo semestre, com a questão das queimadas na Amazônia e a disputa em torno da moratória da soja, o foco será no tema 1. Ainda nessa toada, há notícias sobre o 1º Encontro Nacional de Agricultores Indígenas que serão tratadas, também, dentro do tema 1.

Poucas são as notícias que comentam sobre o tema 2 e é sintomático que não exista nenhum posicionamento sobre o fechamento do Acordo Mercosul-União Européia, mostrando que a política externa é escanteada pela entidade frente às outras categorias de políticas. As únicas que tratam especialmente desse tema são as que noticiam a missão brasileira liderada pela ministra do MAPA, Tereza Cristina, a países

asiáticos, sendo eles a China, Vietnã e Indonésia, a qual contou com a presença o presidente da Aprosoja Brasil, Bartolomeu Braz Pereira.

Questões que se destacam nos temas 3 são o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), o seguro rural, as dívidas dos produtores rurais com o BNDES e a discussão sobre a continuação ou não da Lei Kandir, sendo que todas elas serão explicadas e detalhadas posteriormente. No tema 4 destacam-se reivindicações para o melhoramento da infraestrutura e logística, pauta tradicional da instituição, as notícias sobre negociações e acordos de construção de novas ferrovias e o tabelamento de frete.

Os dois artigos não são classificáveis nos temas supracitados. Um deles trata da importância da bancada ruralista e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para defender os interesses do produtor rural, sustentando o argumento que a Aprosoja Brasil tem como seu representante parlamentar esta última. O segundo artigo é publicado no contexto da campanha do Outubro Rosa⁴⁰ e traz a importância das mulheres do agronegócio na política, as “agromulheres”. Vale ressaltar que ele discorre sobre uma mulher com características típicas da feminilidade esperada e imposta pela sociedade capitalista e patriarcal, falando sobre como elas são mais conciliadoras e como defendem com “doçura” os produtores rurais.

Além destes, achamos necessário buscar outras fontes para compreender posicionamentos em algumas questões chaves para esta pesquisa, sobretudo a disputa em torno da moratória da soja, a qual deixou ainda mais explícito que a Aprosoja representa o setor denominado anteriormente de “porteira para dentro”, travando uma disputa com a Associação Brasileira de Óleos e Vegetais, a Abiove, representante da “porteira para fora”, mais especificamente os compradores e exportadores do produto,

⁴⁰ O Outubro Rosa é uma campanha para alertar para a prevenção e o diagnóstico precoce de câncer de mama e câncer no colo do útero.

ou seja, os comerciantes, como a Amaggi, Bunge, Cargill e a chinesa COFCO, todas membros do seu Conselho Diretivo.

Pela questão cronológica acima exposta, dos temas 3 e 4 serem mais recorrentes no primeiro semestre, e pelas notícias sobre estes serem mais numerosas, iremos começar pela análise dessas. Vejamos.

3.2.1 Políticas fiscais

O Funrural é um imposto cobrado pelo Estado do produtor rural, seja em pessoa física ou jurídica, o qual é destinado à previdência, ao Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Ele é um tributo considerado obrigatório por entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2017 e, se não houver esse pagamento, acarreta uma situação de débito com a Receita Federal. Para quitar esse débito e renegociar a dívida, o produtor deve fazer parte do Programa de Regularização Tributária (PRR), conhecido como “Refis” do Funrural, instituído pela Lei 10.606/2018⁴¹.

A Aprosoja Brasil manifestou-se sobre a questão da cobrança do PRR e a aderência ao programa por parte dos produtores em débito com a Receita, já que o prazo permitido pela lei era até dezembro de 2018. Em notícia divulgada em 11/01/2019, é informado que a ministra do MAPA, Tereza Cristina, disse que sairia uma MP para prorrogação deste prazo, o qual tinha sido prometido pelo ex-presidente, Michel Temer do MDB que, entretanto, voltou atrás na decisão após ouvir a Advocacia Geral da União (AGU), cujo posicionamento foi que a prorrogação do programa poderia ser lido como crime de responsabilidade fiscal.

⁴¹ Informações disponíveis em: <<http://ruralcentro.uol.com.br/analises/voce-sabe-o-que-e-funrural-6157>> Acesso em 11 de abril de 2020.

Segundo a mesma notícia, Bolsonaro teria “total interesse em resolver a questão” e, além disso, “já havia manifestado opinião de que a dívida seria injusta.”, explicitando o alinhamento entre a instituição e o governo nesse tópico, já que

A Aprosoja Brasil foi uma das entidades que mais se empenhou, junto com a Frente Parlamentar da Agropecuária, pela prorrogação do prazo de adesão, e seguirá defendendo uma solução definitiva para o passivo do Funrural (...) (APROSOJA BRASIL, 2019)

A solução definitiva defendida pela instituição passou a ser a remissão do chamado passivo do Funrural, que é o valor das dívidas acumuladas entre 2010 e 2017, período no qual o STF considerava inconstitucional o recolhimento da contribuição. Durante a discussão no Congresso sobre a Reforma da Previdência, havia um trecho no texto que impossibilitava a perdão da dívida supracitada. Sobre isso, a Aprosoja Brasil soltou uma nota oficial onde dizia que era a favor da Reforma, contudo defendia “a necessidade de retirada do texto (...) a vedação à remissão do passivo do Funrural, assim como demais dispositivos que venham a onerar as exportações brasileiras” (APROSOJA BRASIL, 2019).

A reivindicação foi atendida e esse trecho do texto da Reforma caiu durante discussão na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que o debatia e essa proposta acabou passando pela Câmara dos Deputados com votação em peso da FPA, responsável por 52% dos votos a favor da Reforma⁴². Nesse mesmo contexto, o deputado federal Jerônimo Goergen (PP-RS), o qual defendeu os interesses dos produtores rurais, comentou que

(...) muitos agricultores não aderiram ao programa de renegociação [PRR], conhecido como Refis, porque foi publicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, vídeos dizendo que o assunto seria resolvido, o que teria motivado produtores rurais a não aderirem à renegociação (CANAL RURAL, 2019).

⁴² Disponível em

<<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/07/11/frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-52-dos-votos-da-reforma-da-previdencia/>> Acesso em 16 abr. 2020.

Até onde pudemos apurar, o debate sobre a extinção e a remissão do passivo do Funrural ainda está em aberto, sendo que em declarações Bolsonaro, assim como alguns dos seus ministros, como o da Economia, Paulo Guedes, e, é claro, a do MAPA, Tereza Cristina, se alinham com o posicionamento da Aprosoja Brasil. Em audiência com Guedes feita por parlamentares da Bancada Ruralista e representantes do setor em novembro de 2019, foi prometido pelo ministro que a remissão do passivo seria resolvida pela Reforma Tributária⁴³.

A reivindicação pelo perdão de dívidas dos produtores rurais com o Estado também está presente no que tange ao pagamento das parcelas dos planos de operações de investimentos tomados por produtores rurais e financiados pelo BNDES. Em notícia do dia 15/01/2019 este assunto aparece pela primeira vez. Dirigentes da Aprosoja Brasil e da Aprosoja Paraná entregaram um documento para Tereza Cristina pedindo o adiamento destes pagamentos para 2020, pois, seguindo o seu argumento, isso teria como oferecer melhores condições para os produtores que foram atingidos negativamente pelo período de seca desde dezembro de 2018 nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás e regiões do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) (TAVARES, 2019).

Sobre a negociação com o governo para adiar o pagamento das parcelas, o presidente da Aprosoja Brasil declarou em notícia circulada dia 01/02/2019:

Já estamos pensando uma estratégia para repactuação das dívidas, inclusive pensando em securitização. Já estamos em conversas para ver se é criada uma linha especial de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto com algum auxílio do governo federal para reduzir o custo com juros para garantir saúde financeira desses produtores (PEREIRA, 2019, s/p).

⁴³ Disponível em

<<https://agroemdia.com.br/2019/11/12/remissao-do-passivo-do-funrural-sera-feita-com-a-reforma-tributari-a-diz-andaterra/>> Acesso em 11 abri. 2020.

Outro ponto discutido entre os produtores, representados pela Aprosoja Brasil, e o governo sobre a renegociação das dívidas foi “a criação de um fundo garantidor formado por recursos privados” (APROSOJA BRASIL, 2019). Esse fundo seria formado por grupos de produtores e instituições financeiras, por exemplo, com intuito de oferecer juros mais baratos e mais recursos para o crédito agrícola. A ideia parece ter agradado Tereza Cristina que em setembro daquele ano anunciou que estava trabalhando para que outras instituições financeiras oferecessem a linha de financiamento que é administrada pelo BNDES, bem como propôs reduzir o spread deste banco na linha de repactuação das dívidas rurais de 1,5% para 0,8%⁴⁴.

Em relação à Lei Kandir, observamos o mesmo discurso de defesa de sua continuação e ele se intensificou com a pressão feita por alguns estados, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, para o fim da isenção de impostos definida pela lei, como informa notícia publicada em 12/02/2019. De acordo com essa última, o presidente da instituição, Bartolomeu Braz Pereira, argumentou a favor de maior debate para a garantia de mais recursos para o Fundo de Compensação das Exportações, conhecido como FEX, pois compreendia que os estados precisavam de mais recursos (APROSOJA BRASIL, 2019).

Em notícia publicada quase um mês depois, no dia 13/02/2019, a qual possui como título “Nunca foi tão caro produzir, afirma Aprosoja Brasil ao presidente Jair Bolsonaro”, Bartolomeu Braz Pereira voltou a defender a permanência da Lei Kandir em reunião realizada com membros do governo, entre eles o então ministro chefe da Casa Civil, Onix Lorenzoni, e o líder do governo na Câmara Federal, deputado Vitor Hugo (PSL-GO). Bartolomeu Braz Pereira afirmou em seu discurso “Se ela [Lei Kandir] deixar de existir será inviabilizada toda a produção brasileira” (APROSOJA BRASIL, 2019).

⁴⁴ Disponível em <<https://www.comprerural.com/possivel-corte-nos-juros-do-bndes-anima-produtor-rural/>> Acesso em 11 abri. 2020.

Durante a primeira reunião do ano da Câmara Setorial da Soja, órgão ligado ao MAPA, realizada dia 27/03/2019, a Aprosoja Brasil voltou a alertar para os possíveis efeitos negativos da revogação da Lei Kandir. Em seu argumento, a instituição disse que

(...) se o fim da Lei Kandir for aprovado pelo Congresso Nacional, como defendem alguns Estados em dificuldade financeira, o aumento da carga tributária provocará uma elevação de custos de cerca de R\$ 40 bilhões ao setor agropecuário, o que tira a competitividade do país. No caso da soja em Mato Grosso, por exemplo, a revogação inviabilizaria a produção da oleaginosa no principal estado produtor (APROSOJA BRASIL, 2019)

Ademais, no debate sobre qual deveria ser a agenda estratégica da soja para o ano de 2019, o diretor executivo da instituição e consultor da Câmara Setorial, Fabrício Rosa, avaliou como um tema urgente a manutenção da Lei Kandir, para além dos quatro principais pilares da agenda que seriam a logística, a política agrícola, a defesa vegetal e a questão tributária (APROSOJA BRASIL, 2019).

Avançando cronologicamente, no evento “Santos Export – Fórum Nacional para a Expansão do Setor Logístico Portuário” no dia 08/10/2019, o presidente da Aprosoja Brasil reafirmou mais uma vez sua defesa da Lei Kandir frente à pressão de governadores para sua revogação. Segundo Bartolomeu Braz Pereira, “O Brasil só deu certo porque Lei Kandir foi criada na década de 90. Nos estados que produzem soja, a arrecadação de ICMS cresceu mais do que a média nacional (...)” e, portanto, acabar com tal lei seria um “tiro no pé” (APROSOJA BRASIL, 2019).

No mesmo mês supracitado, a questão da Lei Kandir é relatada em mais uma notícia, visto que à época estava sendo discutida no Congresso a proposta de PEC 42/19 para impor a revogação da lei. Em artigo do jornal Estadão, publicizado em forma de notícia pela Aprosoja Brasil, é exposto um estudo feito pela MBAgro, o qual foi encomendado por aquela instituição, para mostrar os efeitos positivos da lei para a produção e comercialização de soja. O estudo faz um paralelo entre Brasil e Argentina, onde vigora

a tributação sobre as exportações (chamada *rentenciones*), e conclui que “a produção de soja nacional poderia ser 34% menor” (PAKULSKI; TURTELLI, 2019).

Durante a audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural sobre a PEC 42/19 no dia 08/11/2019, esse estudo foi utilizado como argumento para a manutenção da Lei Kandir (APROSOJA BRASIL, 2019). Até o final daquele ano, a PEC citada ainda não tinha sido votada no Senado, tendo sido adiada sua votação. Do mesmo modo, até o momento da finalização da escrita dessa dissertação a Lei Kandir ainda está em vigor.

Outro mecanismo para a isenção de impostos para os produtores rurais é o chamado Convênio 100/97, o qual prevê descontos entre 30% e 60% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a comercialização de insumos agrícolas entre os estados. Sua última prorrogação havia sido feita em 2017 sendo que, para ela ocorrer, precisa ter a aprovação por unanimidade pelos membros do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o qual é composto pelos secretários Estaduais de Fazenda.

Essa questão apareceu com grande preocupação para a Aprosoja Brasil. Em notícia circulada dia 27/03/2019, argumenta-se que, caso o Convênio não seja renovado, “a comercialização de insumos para a agropecuária pode ficar entre 8% e 15% mais cara, segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)” (APROSOJA BRASIL, 2019). Por fim, ele acabou sendo prorrogado até abril de 2020 após forte articulação e pressão por parte da Aprosoja Brasil e das Aprosojas estaduais conjuntamente com a FPA no Congresso, conforme notícia circulada em 05/04/2019 (APROSOJA BRASIL, 2019).

Observamos que o posicionamento dos produtores rurais contra taxações na produção desembocou no Movimento Mato Grosso Forte - Quem Paga Imposto Cobra Resultado,

o qual foi encabeçado pela Aprosoja MT e apoiado por mais 13 entidades do agronegócio, entre elas a Aprosoja Brasil e a Abiove. Seu objetivo seria “alertar a população sobre os impactos que a taxaço das cadeias produtivas causam a toda a sociedade e cobrar do poder público mais eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos.” (APROSOJA BRASIL, 2019). Além disso, em nota oficial lançada dia 09/05/2019 pelo Movimento, ele se coloca contrário à elevação da cobrança do Fundo Estadual de Transportes e Habitação (Fethab) sobre a produção.

Enquanto, por um lado, como demonstrado até o agora nesta seção, os produtores de soja demandavam menos cobranças por parte do Estado, seja em dívidas ou impostos, por outro lado houve demanda por mais recursos. Uma delas foi o seguro rural que cobre perdas de colheitas por problemas com eventos climáticos adversos, por exemplo. No encontro com membros do governo, entre eles Bolsonaro, no dia 15/03, o presidente da Aprosoja Brasil discursou sobre a dificuldade que os produtores rurais possuem para ter acesso ao seguro: “Coloquei para o presidente que poucas áreas são cobertas por seguro e, com isso, quando há uma condição climática, como houve este ano, ocorre um novo endividamento entre os produtores (...)” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Essa mesma reivindicação já havia sido feita em janeiro, durante a abertura da colheita da soja que contou com a presença de Tereza Cristina. Na ocasião, Bartolomeu Braz Pereira fez o seguinte comentário “Passei por várias lavouras e muitos produtores registram perdas irreversíveis. Temos um seguro rural que cobre poucas áreas, cerca de 14% de todas lavouras estão cobertas” (PEREIRA apud POPOV, 2019).

Em junho, foi anunciado pelo MAPA R\$ 225,59 bilhões⁴⁵ de recursos para o financiamento da safra 2019/2020 durante o evento do lançamento do Plano Safra por

⁴⁵ Para termos uma noção melhor deste valor destinado ao Plano Safra podemos colocar em perspectiva, por exemplo, o orçamento total do ministério da Educação para o ano de 2019: R\$ 118,40 bilhões, sendo que para o Ensino Superior foram destinados cerca de R\$ 30 bilhões. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2019>> Acesso em 15 abri. 2020.

parte do governo e, nesse contexto, o que se destacou foi “o valor destinado para o seguro rural, que pode chegar a R\$ 1 bilhão, alcançando cerca de 15 milhões de hectares de plantio” (APROSOJA BRASIL, 2019). Bartolomeu Braz Pereira, que estava presente no anúncio, “avaliou de forma positiva os principais pontos do plano safra, mas cobrou efetividade do governo federal para fazer com que os recursos estejam ao alcance dos produtores rurais.” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Como averiguamos, todas as reivindicações apresentadas nesta seção por parte da Aprosoja Brasil foram, de alguma maneira, acatadas pelo governo federal: i) os prazos do pagamento de dívida e a aderência em relação ao Funrural foram prorrogados, sendo que a remissão do seu passivo foi prometido pelo ministro Paulo Guedes com a Reforma Tributária; ii) foi discutido com a ministra Tereza Cristina a renegociação do pagamento das parcelas dos planos de operações de investimentos tomados por produtores rurais e financiados pelo BNDES, além disso ela anunciou que estava trabalhando com a proposta apoiada pela entidade de outras instituições financeiras oferecessem a linha de financiamento que era administrada por aquele banco; iii) apesar da pressão feita por alguns estados, como o Mato Grosso, a Lei Kandir continua em vigor; iv) o Plano Safra destinou cerca de R\$ 1 bilhão para o seguro rural e teve uma avaliação positiva por parte do presidente da Aprosoja Brasil.

3.2.2 Políticas de infraestrutura e a logística

Como já foi exposto anteriormente, a melhoria da infraestrutura e da logística são reivindicações que estão sendo defendidas pela Aprosoja Brasil desde sua criação e, não à toa, aparecem em diversas notícias ao longo de 2019, sendo que a logística propriamente estava elencada como um dos pilares da agenda estratégica da soja para 2019 (APROSOJA BRASIL, 2019). Devemos lembrar que melhorias em rodovias, hidrovias, ferrovias e portos, por exemplo, são essenciais para que o preço da produção

e distribuição de soja seja mais baixo, bem como fatores como o tabelamento de frete e o preço de diesel também influenciam diretamente nestes valores.

A primeira reivindicação a ser analisada nesta seção é o tabelamento do frete que continua sendo criticado pelos produtores de soja assim como era quando foi instituído, após a Greve dos Caminhoneiros em 2018, ainda no governo Temer. De acordo com a Aprosoja Brasil, este seria mais um fator que encareceria a produção de soja, onerando a “porteira para dentro”, sendo que ele está presente em várias notícias postadas ao longo de 2019. Inclusive, a instituição passou a integrar o Movimento Frete Sem Tabela que contava também com a Abiove, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outras.

Já em janeiro, em notícia intitulada “Entidades do Agro são contrárias à taxaço do agronegócio” sobre uma nota oficial de várias entidades sobre o tema posto no título, argumenta-se que “O tabelamento do frete, instituído pelo governo federal no ano passado, atrasou a comercialização de grãos e impediu produtores e exportadores de aproveitarem melhor momento para venda de seus produtos no mercado internacional.” (APROSOJA BRASIL, 2019).

No começo de fevereiro é publicada uma notícia sobre estudo da CNI sobre os impactos negativos na economia brasileira que o tabelamento do frete e a alta do preço do diesel produziram, o quais seriam vistos na redução de R\$ 20,3 bilhões no PIB. Na mesma época, o tabelamento estava sendo alvo de três ações de inconstitucionalidade no STF, sendo que a própria CNI era um das autoras dessas ações. Porém, como noticiado ainda em fevereiro, um dos ministros do STF, Luiz Fux, suspendeu todos os processos em todas as instâncias judiciais que questionavam o tabelamento, o que gerou forte crítica por parte das entidades do Movimento Frete Sem Tabela como podemos notar no trecho abaixo:

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, de suspender os processos em todas as instâncias judiciais do País que envolvam questionamentos sobre o tabelamento mínimo do frete é “arbitrária” e “abala segurança jurídica do país” disseram em nota as entidades que integram o movimento Frete Sem Tabela (...) “É gravíssima essa medida que quebra um dos principais pilares do Estado democrático de Direito: não há segurança jurídica no Brasil.” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Em maio, a Aprosoja Brasil, durante audiência com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em Porto Alegre, seguiu com seu posicionamento contra o tabelamento de frete. Segundo o presidente da Aprosoja RS, Luis Fernando Fucks, que estava presente na ocasião como um dos representantes dos produtores de soja: “(...) O agro está com grande endividamento. Aqui no estado temos problemas com arroz, leite e o produtor de soja também está endividado. Temos de trabalhar para reduzir a carga tributária, criar um sistema sustentável” (APROSOJA BRASIL, 2019).

No final do ano, em outubro durante a “Santos Export – Fórum Nacional para a Expansão do Setor Logístico Portuário”, o presidente da instituição, Bartolomeu Braz Pereira, voltou a externar sua preocupação com o tabelamento. Durante sua fala, quando comentava sobre os problemas que poderiam tirar a competitividade do agronegócio, disse “Logística precária e tabelamento de frete são fatores que nos preocupam. Os modais precisam ser melhorados” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Apesar dos acenos feitos por Bolsonaro⁴⁶ e pelo seu ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para acabar com o tabelamento do frete, ele ainda continua em vigor sendo, portanto, uma das únicas reivindicações defendidas pela Aprosoja Brasil até o momento que não foi, de alguma maneira, acatada pelo governo federal.

⁴⁶ Disponível em

<<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2019/08/02/governo-bolsonaro-quer-acabar-com-tabelamento-de-frete.ghtml>> Acesso 13 abri. 2020.

No que tange às melhorias na infraestrutura, logo em janeiro a entidade participou de uma reunião com o recém empossado ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para comunicar as principais demandas deste tema, na qual “(...) foram apresentados projetos para ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, além de obras para pavimentação de diversas rodovias essenciais para o escoamento da produção agropecuária” (TAVARES, 2019). No fim daquele mesmo mês, dia 30/01/2019, o governo federal anunciou em reunião em Brasília da estratégia integrada para o escoamento da safra de 2018/2019, sendo que o foco dela era a concessão de hidrovias, ferrovias, rodovias e mais investimentos em portos. De maneira mais detalhada, foi anunciada obras na rodovia BR 163 no estado do Pará e a promessa de se realizar leilões da Ferrogrão (liga Mato Grosso ao Pará) e da Ferrovia Oeste-Leste, também conhecida como Fiol, a qual passa pelos estados do Tocantins e da Bahia (APROSOJA BRASIL, 2019).

Investidores chineses demonstraram interesse nos leilões das duas ferrovias supracitadas durante reunião com a ministra Tereza Cristina em Xangai, no contexto da missão que ela encabeçou para China, Vietnã e Indonésia em maio de 2019, a qual estava presente o presidente da Aprosoja Brasil, Bartolomeu Braz Pereira. Ademais, conforme consta na notícia publicada dia 17/05/2019, “Os investidores [chineses] informaram que pretendem aumentar o montante aplicado no Brasil, em setores de sementes, suinocultura, infraestrutura e ferrovias” (APROSOJA BRASIL, 2019). Isso explicita, mais uma vez, o interesse por parte dos produtores rurais nos investimentos chineses, o que, por seu turno, se conecta com o posicionamento do setor em relação à política externa, como veremos mais à frente.

As obras da rodovia BR 163 são defendidas pelo Movimento Pró-Logística, composto por diversas entidades do agronegócio, entre elas a Aprosoja MT com o apoio da Aprosoja Brasil. Em notícia circulada dia 28/10/2019, é informado que o Movimento também reivindica melhorias no Arco Norte, que é “um plano estratégico que

compreende portos ou estações de transbordo nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Sergipe e Bahia (...)" (APROSOJA BRASIL, 2019). De acordo com o presidente do Movimento, Edeon Vaz Ferreira, há "a necessidade de investimentos nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário para ampliar o escoamento da produção por meio do arco norte" (APROSOJA BRASIL, 2019).

No chamado *Panamá Brazilian Day* que reuniu empresários de vários países da América Latina na capital panamenha no começo de abril, foi firmado um acordo entre a Aprosoja Brasil, sendo representada pelo seu presidente, e o governo do Panamá para trocas de informações sobre mercados e futuras exportações de soja e milho pelo canal que passa por aquele país, pois de acordo com Bartolomeu Braz Pereira "O custo logístico para atravessar o canal acabou ficando mais caro. Se no futuro o custo logístico pelo Atlântico se equiparar com o custo de passar pelo Panamá os navios certamente seguirão essa rota alternativa, chegando alguns dias antes ao seu destino" (APROSOJA BRASIL, 2019). Este acordo mostra a projeção na América Latina da entidade, bem como mais uma alternativa para a melhoria da logística na distribuição da soja.

Na mesma época, estava sendo realizado leilão para construção do trecho de 1,5 mil quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, para ligar o Norte ao Sudeste, mais precisamente Tocantins a São Paulo. A empresa vencedora foi a brasileira Rumo S.A, maior operadora de ferrovias do país e pertencente ao grupo Cosan. No final de abril, a Aprosoja Brasil teve uma reunião com a empresa citada para debater o projeto, na qual o presidente da entidade, Bartolomeu Braz Pereira, comentou que ela estava à disposição para ajudar "os ajustes do traçado, dos terminais portuários e ferroviários (...)" (APROSOJA BRASIL, 2019).

O contrato de concessão da Ferrovia Norte-Sul para a Rumo S.A foi assinado dia 31/07/2019 com a presença do presidente da Aprosoja GO, Adriano Barzotto, ministros

como Tereza Cristina, Tarcísio Freitas e Onyx Lorenzoni, bem como Bolsonaro que, na ocasião, comentou “A [Ferrovia Norte-Sul] é a espinha dorsal de transporte no Brasil. (...) vai baratear o frete e como consequência a mercadoria chega na ponta da linha mais barata para o consumidor (...)” (APROSOJA BRASIL, 2019). Barzotto foi na mesma linha e disse que “(...) a ferrovia vem para ser mais uma ferramenta para o produtor e as empresas para poder aumentar o comércio entre outros Estados e até para outros países” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Ações no sentido de melhorar rodovias e ferrovias foram feitas pelo governo federal, estando elas alinhadas ao posicionamento da Aprosoja Brasil: i) anúncio de obras na BR 163; ii) leilões da Ferrogrão e da Fiol; iii) concessão do trecho da Ferrovia Norte-Sul para ligar o Norte ao Sudeste. No entanto, o fim do tabelamento do frete continua sendo um dos pontos não acatados, apesar dos acenos de Bolsonaro neste sentido, convergindo com a visão da entidade.

3.3.3 Políticas ambientais

A defesa do Código Florestal e seus desdobramentos e mecanismos continua sendo feita por parte da Aprosoja Brasil. No início de janeiro, uma notícia circulou sobre instituição pelo governo, ainda sob comando de Temer em processo de transição ao governo Bolsonaro, a MP 867/18 que prorrogou por mais um ano, até 31 de dezembro de 2019, a adesão dos produtores rurais ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Este converte multas em serviços ambientais antes de julho de 2008 nos marcos do Código. O tom da notícia foi positiva sobre o PRA, explicitando a opinião de Tereza Cristina, à época presidente da FPA, sobre o tema:

os resultados do novo Código Florestal, após cinco anos de regulamentação, são expressivos em estudos realizados pela Embrapa e pela Nasa, onde é possível identificar o aumento da recuperação ambiental no Brasil. “A legislação de 2012 trouxe um cenário de clareza e transparência das relações produtivas com a defesa do patrimônio

ambiental brasileiro”, destaca Tereza Cristina (APROSOJA BRASIL, 2019).

Em junho é publicada uma notícia com a Assessoria de Imprensa da FPA sobre a MP 884/19 que tornou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), cuja função é monitorar e atualizar os dados do desmatamento também nos marcos do Código Florestal, aberto e permanente para a adesão. De acordo com o posicionamento da FPA, ela “trabalha junto ao governo federal para envidar todos os esforços necessários no sentido de implementar o Código Florestal, apesar do ocorrido nos últimos 5 anos. O Brasil é o país que mais preserva a biodiversidade no mundo e vai continuar nesta posição.” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Em relação ao segundo tema desta seção, os agrotóxicos ou, como a entidade nomeia, os defensores agrícolas, também há a continuação da defesa destes. No dia 23/04/2019 é noticiado o lançamento da plataforma AgroSaber⁴⁷, fruto de parceria entre a Aprosoja Brasil e outras cinco entidades, entre elas a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa) e a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass). O objetivo da plataforma “é combater a desinformação e *fake news* sobre os assuntos que envolvem a produção de alimento e levar à população informação técnica e plural sobre a agricultura”, sendo que sua discussão inicial refere-se aos “defensivos agrícolas e o PL 6299/02, projeto de lei que vai garantir mais modernidade, segurança e transparência na aprovação de novos defensivos” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Apuramos que o PL 6299/02, o qual facilitaria a liberação de novos agrotóxicos, ainda estava em discussão na Câmara dos Deputados em setembro⁴⁸. Entretanto, isso não travou a liberação de um grande número de agrotóxicos em 2019, sendo que em

⁴⁷ Disponível em < <https://agrosaber.com.br/> Acesso em 14 abr. 2020..

⁴⁸ Disponível em

<<https://www.camara.leg.br/noticias/585715-regras-sobre-liberacao-de-agrotoxicos-geram-polemica-em-d-ebate-na-camara/>> Acesso em 14 abri. 2020.

janeiro já tinham sido liberados 40⁴⁹ e, em maio, mais de 160⁵⁰, o maior ritmo já registrado pelo MAPA.

Como podemos observar com a iniciativa do AgroSaber, há uma preocupação frequente sobre tornar a opinião pública favorável aos agrotóxicos (a própria utilização do termo “defensivos agrícolas” ou “agroquímicos” mostra isso). No Fórum Internacional de Inovação para Sustentabilidade na Agricultura que ocorreu em junho de 2019, foi discutida a imagem do agronegócio brasileiro como um todo e, na ocasião, o ministro do MAPA em exercício, Marcos Montes, comentou em seu discurso “(...) Um dos maiores empecilhos às exportações brasileiras é esta imagem que insistem em fazer de nós lá fora. São teorias ideológicas de quem não quer o Brasil competitivo” (APROSOJA BRASIL, 2019). A AgroSaber foi citada como um instrumento útil para ajudar a melhorar tal imagem pelo diretor administrativo da Aprosoja MT, Lucas Beber: “Eu cito como o exemplo de iniciativa a criação da plataforma Agro Saber, que traz informações importantes, baseadas na ciência, que comprovam a importância dos defensivos agrícolas para a produção de alimentos (...)” (APROSOJA BRASIL, 2019).

A consulta pública feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em junho sobre o glifosato, umas das substâncias mais presentes nos agrotóxicos no Brasil, foi outro tema que mobilizou a entidade. A Aprosoja Brasil se posicionou contra três propostas levantadas na consulta. A primeira delas era a alterar “a classificação toxicológica do glifosato para “produto extremamente tóxico”, frente a qual a entidade era contra pois “o Ministério do Trabalho já define a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os profissionais que manipulam a substância, tornando a nova classificação desnecessária.” (APROSOJA BRASIL, 2019). A segunda era sobre alterações nas práticas de manejo da substância e “Ao sugerir o

⁴⁹ Disponível em

<<https://fpabramo.org.br/2019/01/25/governo-bolsonaro-liberou-o-registro-de-novos-agrotoxicos/>> Acesso em 14 abri. 2020.

⁵⁰ Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/26/ritmo-de-liberacao-de-agrotoxicos-em-2019-e-o-maior-ja-registrado.ghtml>> Acesso em 14 abri. 2020.

indeferimento desta sugestão, a Aprosoja esclarece que se trata de orientações técnicas de responsabilidade do Ministério da Agricultura.” (APROSOJA BRASIL, 2019). Por fim, a última seria para impedir que uma mesma pessoa possa realizar três atividades diferentes com o glifosato o que, para a entidade, seria desnecessário pois “(...) cada etapa do manejo tem os próprios EPIs. E a aplicação é feita em cabine fechada, onde já há EPC, equipamento de proteção coletiva.” (APROSOJA BRASIL, 2019). Para auxiliar os produtores de soja a se posicionarem sobre este tema, a Aprosoja Brasil lançou um manual⁵¹ com orientações técnicas sobre o manejo daquela substância.

A questão indígena apareceu pela primeira vez nas notícias em fevereiro, com o anúncio do 1º Encontro Nacional de Agricultores Indígenas que ocorreu em Mato Grosso (lembramos que nos artigos analisados de 2014 a 2018 ela não apareceu). Este evento aconteceu entre os dias 11, 12 e 13 daquele mês, com a presença de alguns ministros como a Tereza Cristina, Ricardo Salles do Meio Ambiente e Damara da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além de representantes de produtores indígenas, como o líder da etnia Paresi, Arnaldo Zunizakae Paresi, e do presidente da Aprosoja Brasil, Bartolomeu Braz Pereira, que comentou “A Aprosoja Brasil dará total apoio às lideranças indígenas nos estados e no governo federal para que os índios mantenham suas tradições, mas que tenham acesso a políticas públicas e de crescerem sócio e economicamente através da atividade agrícola” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Foram discutidos pontos como os produtores indígenas se tornarem associados da Aprosoja Brasil, a alteração da legislação para permitir parcerias e a plantação de sementes transgênicas em terras indígenas, bem como reformulações nas demarcações de terras indígenas e da Fundação Nacional do Índio (Funai). Podemos

⁵¹ Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/05/31/aprosoja-brasil-convida-sociedade-a-participar-de-consulta-publica-sobre-glifosato/>> Acesso em 15 abril. 2020.

inferir que estes pontos poderiam: i) trazer para a tutela da Aprosoja Brasil os produtores indígenas e ii) flexibilizar a produção de soja em terras indígenas, sem necessariamente mudar a legislação e a demarcação de terras que são questões sensíveis frente à opinião pública.

Em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) no dia 24 de setembro, Bolsonaro leu uma carta do Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil, que foi uma das bases do Encontro citado, além de em sua fala ter endossado o argumento de que índios deveriam se modernizar e serem produtores, mostrando o alinhamento entre o posicionamento do governo e o da Aprosoja Brasil:

O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses. O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros (BOLSONARO, 2019).

O contexto em que Bolsonaro proferiu tal discurso foi o do aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, cuja repercussão foi mundial. Já em janeiro, de acordo com o Instituto Amazônia Legal o desmatamento da floresta teve aumento de 54% em relação ao ano anterior⁵². Nos meses de julho, agosto e setembro o desmatamento aumentou ainda mais e ocorreram várias queimadas na região. As fumaças chegaram a encobrir a cidade de São Paulo no dia 19 de agosto⁵³. Ao longo do ano, foram queimados mais de 70.000 km² do bioma amazônico segundo o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe)⁵⁴.

⁵² Disponível em

<<https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-janeiro-2019-sad/>>
Acesso em 15 abri. 2020.

⁵³ Disponível em

<<https://exame.abril.com.br/ciencia/rota-da-fumaca-analise-revela-como-queimada-alcancou-sao-paulo/>>
Acesso em 15 abri. 2020.

⁵⁴ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/01/no-auge-das-queimadas-amazonia-sofreu-perda-similar-a-da-australia.shtml>> Acesso em 15 abri. 2020.

O posicionamento do governo frente às queimadas foi de minimizar o impacto que o desmatamento poderia ter como causa, tratando-as como algo natural do período climático e dizendo que isso poderia ter sido feito por ONG's para prejudicar a imagem de Bolsonaro⁵⁵, chegando a também culpabilizar os índios e a demitir o diretor do Inpe, Ricardo Galvão⁵⁶. No próprio discurso na ONU podemos notar isso no seguinte trecho:

Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente. Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência (BOLSONARO, 2019).

A Aprosoja Brasil lançou no dia 12/09/2019 nota oficial sobre a questão do desmatamento e das queimadas. Nela, a entidade reitera que é contra o desmatamento e as queimadas ilegais, endossando, porém, que essas últimas estavam ocorrendo em período de estiagem: “A Aprosoja Brasil considera importante ponderar, no entanto, que a ocorrência de incêndios florestais no bioma amazônico coincide com o período de estiagem na região, entre junho e agosto” (APROSOJA BRASIL, 2019). Há a defesa, novamente, do Código Florestal e de que este define bem o desmatamento ilegal do autorizado, no sentido de que existe um desmatamento permitido e correto. Além disso, coloca o produtor rural como uma das principais vítimas, em um cenário que a produção de soja seria um fator primordial para o crescimento do IDH das cidades onde se realiza a produção. Por fim, a nota apoia as ações tomadas pelo governo federal e diz reconhecer o esforço de Bolsonaro, como notamos no trecho abaixo:

⁵⁵ Disponível em

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queima-das-na-amazonia-para-chamar-atencao-contr-o-governo.ghtml>> Acesso em 15 abri. 2020.

⁵⁶ Disponível em

<<https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/diretor-do-inpe-e-demitido-apos-desafiar-bolsonaro/>> Acesso em 15 abri. 2020.

Em defesa de uma Nação forte e soberana, a Aprosoja Brasil apoia as medidas do governo federal que estão garantindo a preservação ambiental de nossa biodiversidade e ao mesmo tempo reconhece o esforço do Poder Executivo para fazer o país voltar a crescer e a oferecer oportunidades para os brasileiros que vivem no campo e na cidade (APROSOJA BRASIL, 2019).

Também é citada na nota a Carta de Palmas, documento lançado pela Aprosoja Brasil e suas filiadas estaduais em julho de 2019, após o evento Seminário Soja Responsável – Produzindo Soja com Sustentabilidade, o qual trata sobre a sustentabilidade da produção de soja, a preservação ambiental neste âmbito, cuja responsabilidade deveria ser entre o poder público e o privado, e a moratória da soja, próximo tema a ser analisado.

A moratória da soja é um pacto firmado em 2006 entre empresas, ONG's e governos para impedir que os signatários comprem o produto de áreas que foram desmatadas ilegalmente após 2008. Em 2019 ela se tornou um alvo para críticas por parte da Aprosoja Brasil, pois segundo a entidade o pacto traria restrições para os produtores mais duras do que o Código Florestal. Bartolomeu Braz Pereira, em entrevista concedida à Bloomberg, pontuou que “Os agricultores não estão praticando desmatamento ilegal para expandir o plantio de soja e não há mais “motivação ambiental” para a moratória, pois a lei ambiental brasileira evoluiu desde a criação do pacto com a implementação do novo Código Florestal” (PEREIRA, 2019).

A revista Forbes, em matéria sobre o tema publicada em novembro de 2019, informa que a reivindicação da Aprosoja Brasil para o fim da moratória ganhou fôlego com o governo de Bolsonaro, como observamos abaixo:

Para a associação de produtores [Aprosoja Brasil], cujas ideias vêm ganhando apoio de integrantes do governo Bolsonaro, o Brasil tem uma das legislações ambientais mais severas, e o produtor pela lei só pode utilizar para agricultura 20% de sua propriedade na Amazônia. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, chegou a afirmar recentemente que a moratória é um “absurdo” (FORBES, 2019).

Em notícia divulgada pela Aprosoja Brasil em 13/11/2019 sobre o encontro de entidades do setor agrícola e o secretário Especial da Casa Civil para Assuntos da Câmara dos Deputados, Abelardo Lupion, o alinhamento e o apoio do governo nessa questão também são explicitados, pois “O governo federal manifestou estar solidário com o movimento dos produtores rurais para pôr fim à moratória da soja no país.” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Além de ilustrar mais uma vez a convergência de posicionamento entre o governo de Bolsonaro e os produtores de soja, a moratória da soja serve para demonstrar uma divisão entre os produtores de soja e o exportadores do produto, sobretudo as tradings representadas pela Abiove, ou seja, “porteira para dentro” *versus* “porteira para fora”. De acordo com o presidente da Aprosoja MT, Antônio Galvan, presente no encontro supracitado “Essas tradings estão impedindo o desenvolvimento dos municípios da região e tirando daquelas pessoas a oportunidades de serem beneficiadas pelo agronegócio” (APROSOJA BRASIL, 2019). E, ainda na mesma notícia,

A Aprosoja Brasil estuda ingressar com uma reclamação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) contra a atuação das empresas exportadoras de soja. Os produtores argumentam que a moratória desrespeita o direito legal do proprietário de terra de utilizar para a agricultura 20% da área de florestas dentro do bioma amazônico (APROSOJA BRASIL, 2019).

Sobre a reclamação no CADE, o presidente da Aprosoja Brasil, em entrevista à Forbes, disse que “(...) a visão do setor produtivo é de que apenas as associadas da Abiove e da Fediol⁵⁷ ganham com tal moratória, e que está sendo elaborado um estudo para questionar a medida no órgão antitruste nacional, o Cade”. Ao ser questionado sobre se com o fim da moratória a soja brasileira poderia perder mercado, Bartolomeu Braz Pereira continuou “Vai comprar onde a soja, se não comprar do Brasil? Em Marte, na lua? Não existe soja mais sustentável que a brasileira, essa moratória fez com que eles ganhassem dinheiro. Vai comprar óleo de palma? Óleo de palma também é

⁵⁷ A Fediol é a associação das indústrias de óleos vegetais e farelos da União Europeia.

sustentável?”. Por seu turno, a posição da Abiove é informada também na matéria da Forbes e na da Bloomberg citada anteriormente,

(...) o presidente da Abiove, André Nassar, afirma que há sim o risco de o Brasil perder mercado para seus concorrentes. Segundo ele, a guerra comercial mostrou isso quando os europeus elevaram em 68,5% as compras de soja norte-americana em 2018, para 8,5 milhões de toneladas, uma vez que chineses estavam comprando tudo o que podiam no Brasil (FORBES, 2019).

[...]

A Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), que reúne as tradings de soja, continua defendendo o pacto. Com a moratória, os clientes sabem o que estão comprando e confiam em seus fornecedores, segundo André Nassar, presidente da Abiove. “Esse valor não pode ser perdido”, afirma (BLOOMBERG, 2019).

Podemos notar que a Abiove, por representar quem tem que vender a soja nos mercados externos, se preocupa mais sobre como a imagem da produção de soja pode afetar as vendas do produto, enquanto, por outro lado, a Aprosoja Brasil está mais preocupada em como poderia expandir a produção e baixar o custo para o produtor, quem a entidade representa. A visão do governo neste embate está alinhada com a Aprosoja Brasil.

Ao longo desta seção foi demonstrado que, no que tange às políticas ambientais, a Aprosoja Brasil e o governo federal convergem em posicionamentos e atitudes: i) em relação à defesa dos mecanismos do Código Florestal, foi imposta a MP 884/19 que tornou o CAR, cuja função é monitorar e atualizar os dados do desmatamento também nos marcos do Código, aberto e permanente para a adesão; ii) em 2019 foi registrado o maior ritmo de liberação de novos agrotóxicos pelo MAPA; iii) a defesa da flexibilização da produção de soja em terras indígenas, com um argumento de que o índio deveria se modernizar e tornar-se produtor; iv) a visão de que as queimadas da Amazônia teriam sido causadas por fatores naturais do clima e a minimização dos impactos dos

desmatamentos, bem como a defesa do produtor rural como uma das principais vítimas; v) o alinhamento sobre a questão do fim da moratória da soja que estaria onerando somente os produtores e beneficiando as *tradings* representadas pela Abiove.

3.3.4 Política externa e relação com atores externos

Foram poucas as notícias relacionadas à política externa, nas quais quatro temas se destacaram. O primeiro deles é a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e como isso poderia impactar a venda da soja para a última. O segundo refere-se às impressões sobre a missão liderada por Tereza Cristina para a Ásia, que teve a participação do presidente da Aprosoja Brasil, Bartolomeu Braz Pereira. O terceiro foi a defesa do Mercosul como um bloco de livre comércio entre os membros. O quarto e último é a aparição do discurso de que haveria uma estratégia por parte de ONG's internacionais e outros governos para prejudicar a imagem do agronegócio brasileiro.

A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, a qual começou em 2018 e se prolongou por 2019, sendo que em outubro⁵⁸ foi anunciada a primeira fase de um acordo comercial entre os países, foi assunto de três notícias. Na primeira delas, ainda em janeiro, é externada preocupação com os possíveis desfechos da disputa comercial, em um contexto que a variação cambial elevou alguns custos de produção: “Algumas cadeias como a da soja veem com apreensão a indefinição em torno da guerra comercial entre Estados Unidos e China, que pode reduzir os valores dos prêmios pagos nos portos aos exportadores.” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Na segunda notícia sobre a guerra comercial, é apresentada a expectativa dos números do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, em sua sigla em inglês) sobre a safra que o país produziu em 2018/2019. Devemos lembrar que os produtores

⁵⁸ Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/11/trump-diz-que-eua-e-china-chegaram-a-primeira-fase-de-um-acordo-comercial.ghtml>> Acesso em 15 abri. 2020.

de soja estadunidenses são os maiores concorrentes para a soja brasileira. No que tange à produção de soja, essas estimativas indicavam baixa devido à diminuição da demanda chinesa. Segundo o especialista Todd Hultman (2019), “apesar de todos estes dados serem muito importantes, eles continuarão a esbarrar nos problemas comerciais entre China e Estados Unidos.” e complementa “Sinto falta dos dias em que apenas as notícias de clima favorável ameaçavam os preços da soja”.

Na terceira e última notícia, a disputa comercial aparece de maneira breve. Ela trata da reunião da Aliança Internacional dos Produtores de Soja (ISGA - *International Soybean Growers Alliance*) que aconteceu no dia 03/12/2019 na sede da Aprosoja Brasil em Brasília. O grupo agrega a participação de produtores de sete países, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Estados Unidos e Canadá, os quais concentram 95% da produção de soja mundial. Na notícia, é informado que, segundo o vice-presidente da Aprosoja Mato Grosso, Fernando Cadore, “a guerra comercial tem sido assunto recorrente nas reuniões do ISGA por se tratar de tema de grande impacto econômico entre os países produtores.” (APROSOJA BRASIL, 2019).

Em maio foi realizada uma missão encabeçada por Tereza Cristina para três países asiáticos, China, Vietnã e Indonésia, com o objetivo principal de estreitar relações com o governo chinês. O presidente da Aprosoja Brasil, Bartolomeu Braz Pereira, foi um dos convidados. Em notícia do dia 17 daquele mês, intitulada “Exportações de soja e milho para a China seguem tendência de alta”, Bartolomeu informou que, apesar do surto de Peste Suína Africana⁵⁹, “as exportações de soja do Brasil para a China não devem ser afetadas e a importação de carnes brasileiras [frango e suína] por parte do país asiático irão crescer” (APROSOJA BRASIL, 2019). Isso impactaria diretamente a soja, visto que a carne é considerado uma das pontas do elo da sua cadeia de produção.

⁵⁹ O primeiro caso de Peste Suína Africana na China foi relatado em agosto de 2018 e, a partir disso, a produção de suínos no país caiu consideravelmente. Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/suino/peste-suina-africana-preco-carne-china/>> Acesso em 16 abri. 2020.

Foi discutido também durante a missão, para além das questões estritamente comerciais, a possibilidade de a China fazer investimentos no Brasil em áreas como a de sementes, suinocultura e infraestrutura, assunto que se liga com as políticas de infraestrutura e logísticas apresentadas, sendo o caso dos investimentos na Ferrogrão e na Fiol (APROSOJA BRASIL, 2019). A demanda e, em certo grau, dependência deste capital externo reforça mais uma vez a caracterização dos produtores de soja como grande burguesia interna.

O balanço sobre a missão foi positivo para a Aprosoja Brasil e os representantes de suas filiadas estaduais que estavam presentes, segundo informa notícia do dia 21/05/2019. Conforme Bartolomeu Braz Pereira (apud APROSOJA BRASIL, 2019) relata,

Tivermos encontros em Xangai, onde ouvimos explicações sobre os impactos da peste suína. Depois estivemos em Pequim discutindo questões ligadas aos defensivos agrícolas. No Vietnã e na Indonésia vimos que há grandes oportunidades para os grãos do Brasil

A mesma impressão positiva é compartilhada por Adriano Barzotto (apud APROSOJA BRASIL, 2019), presidente da Aprosoja GO:

Em um país como o nosso que tem tanto produto para vender não é normal ter a política externa que vinha sendo conduzida, de esperar o comprador vir buscar o que ele queria e na hora que ele queria (...) O caminho está bem delineado. A principal mensagem que essa missão transmite é a de que realmente se sairmos para vender os produtos (soja, milho, carne, etc) que temos aqui, nós vamos conseguir negócios muito melhores e mais favoráveis para o País.

E, também, pelo presidente da Aprosoja MT, Lucas Beber (apud APROSOJA BRASIL, 2019), o qual comentou que “O Ministério está muito empenhado em abrir o mercado asiático para as carnes e grãos do Brasil. A gente fecha esta viagem dizendo que o saldo foi muito positivo. Temos muito a ganhar com estas parcerias na Ásia”. Essas impressões mostram que os produtores de soja estão alinhados com o MAPA e reforça que eles olham para Ásia como uma região com grandes parceiros comerciais. É mister

notarmos que a missão foi liderada pela Tereza Cristina e não teve a participação do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o qual em seus posicionamentos é a favor de uma aproximação irrestrita com os Estados Unidos e crítica a China, destino principal das vendas de soja.

Uma das únicas iniciativas em que Tereza Cristina e Araújo participaram juntos foi o fechamento do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia no fim de junho, o qual poderá beneficiar as vendas do agronegócio brasileiro se for ratificado. Entretanto, não houve menção ao acordo em nenhuma notícia publicada pela Aprosoja Brasil em 2019, somente comentários feitos por Bartolomeu Braz Pereira para outros portais, como em um vídeo divulgado pelo Canal Rural⁶⁰ no qual ele comemora e aponta que o Brasil poderia se consolidar “como o protagonista na relação comercial com a Europa devido às qualidades e potenciais (...) Principalmente as carnes de aves e suínos, piscicultura e ovos (serão beneficiados)”. O aumento na venda de carnes, por seu turno, “pode gerar aumento da procura por soja e o milho, alguns dos principais itens que compõem a ração animal.” (PEREIRA apud APROSOJA BRASIL, 2019).

Podemos inferir que a resposta tímida ao acordo por parte da Aprosoja Brasil, algo que foi amplamente utilizado pelo governo como uma das principais vitórias na política externa durante seu primeiro ano, mostra: i) o escaneamento da política externa em relação às outras categorias de políticas, as quais impactam mais diretamente o produtor de soja; ii) que há, de fato, menos interesse nos mercados da Europa comparados aos da Ásia, sobretudo ao da China. Na fala de Bartolomeu Braz Pereira sobre isso, bem como em seu relato sobre a missão para os países asiáticos, percebemos também que há um interesse particular em abrir mercados para as carnes brasileiras, fator que poderia beneficiar mais facilmente os produtores de soja, “a

⁶⁰ Disponível em

<<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/mercosul-ue-acordo-oportunidade-produtores-graos-a-prosoja/>> Acesso em 16 abri. 2020.

porteira para dentro”, do que a abertura de mercados para as vendas diretas de grãos feitas pelas *tradings*.

O Mercosul apareceu como um dos temas do encontro da Aprosoja Brasil com Bolsonaro no dia 15/03/19. A reivindicação feita por Bartolomeu Braz Pereira foi uma maior ênfase do bloco para o livre comércio, melhorando as condições para compras de equipamentos e insumos dos seus países membros. Conforme o presidente da entidade ponderou durante a reunião:

Por que não nós não podemos comprar os mesmos produtos de outros países da mesma forma como os nossos produtos saem daqui para lá? Esse agro da porteira para fora está sacrificando o produtor rural que está endividado e buscando uma forma de sair dessa situação (PEREIRA, 2019).

Interessante notarmos que nessa fala aparece novamente a cisão e a divergência entre produtores e as empresas que comercializam a soja, as *tradings* (“porteira para fora”), pois se essas possuem maiores facilidades para vender produtos aos países vizinhos, os produtores rurais deveriam também ter melhores condições para comprar destes. Além disso, essa questão pode ser ilustrada com a nota oficial que a Aprosoja Brasil lançou em julho de 2019 sobre a ação da Cargill de investir US\$ 30 milhões para combater o desmatamento do cerrado no Matopiba. Nela, argumenta-se que a produção de soja na região melhorou o desenvolvimento das cidades, respeitando a sustentabilidade e, ao final, ela é certa, demonstrando bem tal embate:

antes de se falar em recursos vindos do exterior para reduzir a produção de grãos do país, é preciso entender com mais profundidade e conhecimento técnico o modelo de produção brasileiro, definido por leis rígidas nas áreas ambiental, fundiária, trabalhista e tributária (APROSOJA BRASIL, 2019, grifo nosso).

A disputa com a *tradings* se mescla com a preocupação por parte dos produtores de soja de sua imagem no exterior, a qual estaria sendo deturpada por ONG's e outros agentes externos, como os próprios governos de países que disputam os mercados do agronegócio com o Brasil. De acordo com Tereza Cristina (apud TAVARES, 2019), em

discurso feito na abertura do Agrocenário 2020 em dezembro “A imagem correta do nosso setor é tão desconhecida ainda que de maneira, às vezes, tão maldosa é colocada de forma pejorativa lá fora (...)”. Ainda, conforme fala de Bartolomeu Braz Pereira (2019), em encontro realizado com o governo federal sobre a moratória da soja “A nossa produção é a mais sustentável do mundo. Queremos que se cumpra o Código Florestal. (...) Nós não precisamos de ONGs fiscalizando os nossos produtores”.

O discurso contra ONG's e a imagem que essas estariam passando para o exterior sobre a produção rural brasileira é compartilhado por Bolsonaro (2019), como mostramos no começo deste capítulo na fala do presidente em encontro com a FPA em julho de 2019. A reproduzimos novamente aqui “(...) era imprensa batendo em vocês, eram ONGS e eram também governos de outros países (...)”.

Concluimos então que, no que tange à política externa, os produtores de soja possuem divergências importantes com o governo Bolsonaro, porém estão alinhados em outras questões: i) a Aprosoja Brasil defende maior aproximação com a Ásia, particularmente com a China, enquanto o governo federal e o ministro das Relações Exteriores, Araújo, realizam aproximações com os Estados Unidos e criticam o país asiático; ii) o acordo Mercosul-União Europeia não foi tão alardeado pela entidade como foi pelo governo; iii) as divergências com as *tradings* se tornam ainda mais palpáveis, sendo importante para repararmos em mais uma característica dos produtores como grande burguesia interna, os conflitos pontuais com o capital externo enquanto, por outro lado, demandam e dependem de investimentos do capital chinês; vi) tanto na questão da disputa com as *tradings*, como na visão de que haveria uma ação deliberada de ONG's e atores externos para prejudicar a imagem do agronegócio brasileiro, parece ocorrer uma convergência entre governo e Aprosoja Brasil.

4. Considerações finais

Como foi explicitado, essa dissertação partiu do questionamento de qual seria o posicionamento do agronegócio no contexto de crise política e se ele ainda poderia ser caracterizado como grande burguesia interna (GBI), sobretudo frente à política externa. Como o agronegócio abrange muitas atividades e culturas, optou-se por focar nos produtores de soja, visto a importância desse produto para a economia e exportações brasileiras. Nesse sentido, a primeira pergunta que a pesquisa buscou responder foi qual era o posicionamento dos produtores de soja no Brasil no contexto supracitado e se ele poderia ser considerado como pertencente à GBI.

A metodologia se baseou em revisão bibliográfica e em analisar artigos e notícias publicados no site da entidade que representa os produtos de soja, a Aprosoja Brasil. No primeiro capítulo, apresentamos o aporte teórico e conceitual em que nos pautamos, expondo os conceitos de bloco no poder, frente neodesenvolvimentista e grande burguesia interna, bem como realizando, a partir destes, discussão sobre a crise política a partir de 2014. No segundo capítulo, a revisão bibliográfica apresentou caracterização do agronegócio e da cadeia de produção de soja no Brasil, dando ênfase nas diferenças entre os setores da “porteira para dentro” e “da porteira para fora”, com a finalidade de caracterizar os produtores de soja como GBI. Neste mesmo capítulo foram analisados 60 artigos da Aprosoja Brasil entre 2014 e 2018, tendo em vista que esse período abarca o começo da crise política, o impeachment de Dilma e as eleições que culminaram na vitória de Bolsonaro. O que se procurou nos artigos foi primeiro categorizar os principais temas e políticas abordadas e, após isso, verificar o posicionamento da entidade frente ao cenário internacional e ao capital externo, no qual destaca-se o proveniente da China.

Podemos concluir que o posicionamento da Aprosoja Brasil no período em tela ainda é característico da GBI, ou seja, é nítida a dependência frente ao capital externo do setor,

ao mesmo tempo que possui conflitos pontuais com ele. A dependência é vista principalmente em relação à China, enquanto os conflitos são latentes quando há a crítica a grupos e ONG's internacionais que estariam tentando interferir negativamente na produção do setor.

A entidade defende uma política externa que priorize a Ásia, com destaque também para regiões como o Oriente Médio e a África, o que é incompatível com o projeto defendido pelo governo de Bolsonaro que dá foco aos Estados Unidos. Então, por que, apesar de ainda ter um posicionamento típico de GBI frente ao capital internacional e argumentar a favor de relações com regiões que são deixadas de lado pelo governo, a Aprosoja Brasil apoiou e apoia Bolsonaro? A partir disso, defendemos a hipótese de que as políticas ambientais, fiscais e de infraestrutura e logística defendidas por Bolsonaro são fundamentais e compensam as divergências em relação à política externa, que parece ser escanteada pelos produtores de soja.

Para tanto, apresentamos um panorama geral das políticas do primeiro ano do governo Bolsonaro nas áreas citadas no parágrafo acima, enfatizando aquelas que se relacionavam com o objeto de estudo. As reivindicações da Aprosoja Brasil durante este período foram analisadas por meio de notícias publicadas no site da entidade. Concluimos que nas políticas fiscais, ambientais e de infraestrutura e logística, o posicionamento e ações do governo Bolsonaro tiveram convergências com as reivindicações da Aprosoja Brasil. Em relação à política externa, a entidade continuou apresentando características de GBI sendo dependente do capital chinês ao mesmo tempo que demonstrou divergências importantes com as *tradings* e outros atores externos, como as ONG's. Apesar de pertencer à fração da GBI e não estar alinhada com certas medidas realizadas pelo governo, como a aproximação aos Estados Unidos e à Israel, as outras políticas compensam e por isso os produtores de soja ainda apoiavam o governo em 2019. Podemos ver um resumo dessas políticas e posicionamentos, tanto da entidade quanto do governo, no quadro abaixo.

Quadro 3 - Resumo de posicionamentos e ações da Aprosoja Brasil e do governo Bolsonaro

Tipos de políticas	Pautas, reivindicações e posicionamentos da Aprosoja Brasil	Ações e posicionamentos do governo Bolsonaro
Fiscal	1) Perdão do passivo do Funrural 2) Refinanciamento das dívidas com BNDES 3) Manutenção da Lei Kandir 4) Melhorias na cobertura do Seguro Rural	<ul style="list-style-type: none"> - Prazos do pagamento de dívida e a aderência em relação ao Funrural foram prorrogados, sendo que a remissão do seu passivo foi prometido pelo ministro Paulo Guedes com a Reforma Tributária - Renegociação do pagamento das parcelas das dívidas com BNDES - Proposta de outras instituições financeiras oferecessem a linha de financiamento administrada pelo BNDES - Lei Kandir continua em vigor - Plano Safra destinou cerca de R\$ 1 bilhão para o seguro rural
Infraestrutura e logística	1) Fim do tabelamento do frete 2) Melhorias em rodovias, ferrovias e portos	<ul style="list-style-type: none"> - Anúncio de obras na BR 163 - Leilões da Ferrogrão e da Fiol - Concessão do trecho da Ferrovia Norte-Sul para ligar o Norte ao Sudeste - Acenos para o fim do tabelamento, porém sem ações concretas
	1) Defesa do Código Florestal 2) Defesa dos agrotóxicos e	<ul style="list-style-type: none"> - MP 884/19 que tornou o CAR (Cadastro Ambiental Rural), cuja função é monitorar e atualizar os dados do desmatamento

<p>Ambiental</p>	<p>da flexibilização em sua liberação 3) Visão de índios produtores e modernizados 4) Queimadas na Amazônia como fruto de condições naturais, não o desmatamento 5) Fim da moratória da Soja</p>	<p>também nos marcos do Código, aberto e permanente para a adesão - Em 2019 foi registrado o maior ritmo de liberação de novos agrotóxicos pelo MAPA - Discurso de defesa de índios se modernizarem e serem produtores - Discurso de que as queimadas na Amazônia teriam sido causadas por questões naturais - Apoio aos produtores de soja sobre o fim da moratória da soja</p>
<p>Externa</p>	<p>1) Preocupação com a disputa comercial entre EUA e China 2) Defesa da ênfase no livre comércio no âmbito do Mercosul 3) Balanço positivo da missão à Ásia, principalmente em relação à China e aos investimentos prometidos pelo país 4) Discurso contra a deturpação da imagem do agronegócio brasileiro feita por ONGs e outros atores externos, no contexto de disputa com <i>tradings</i> sobre a sustentabilidade da soja</p>	<p>- Governo e o ministro das Relações Exteriores, Araújo, defendem maior aproximação com Estados Unidos, em detrimento da China - Fechamento do Acordo Mercosul-UE - Convergência na visão de que haveria uma ação deliberada de ONG's e atores externos para prejudicar a imagem do agronegócio brasileiro</p>

Fonte: elaboração própria.

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que as categorias de políticas apresentadas não são estanques uma das outras, ou seja, as reivindicações em cada uma se entrecruzam. As demandas em relação às melhorias em infraestrutura e logística passam pelos investimentos chineses e, dessa forma, pelo projeto de política

externa. Da mesma maneira, as questões relacionadas ao meio ambiente que atualmente estão cada vez mais presentes no debate internacional, também são tecidas e debatidas no âmbito da política externa. Um exemplo disso é o discurso do Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU aqui exposto, cujo um dos temas principais foi justamente as políticas ambientais tendo em vista o aumento das queimadas na Amazônia.

5. Referências Bibliográficas

5.1 Teses, projetos, artigos acadêmicos, livros e capítulos

ALLISON, Grahan. Modelos conceituais e a crise dos mísseis de Cuba. In: **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, ano 3, n. 6, 2017. Disponível em <<http://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>> Acesso em 17 abr. 2020..

BARBANTI, Olympio; LIMA, Thiago; PEREIRA, Iale. O agrolgolpe e a política externa: desmantelo da diplomacia de combate à fome e fortalecimento do agronegócio. **Revista OKARA**, João Pessoa, v.12, n.2, p. 396-421, 2018.

BERRINGER, Tatiana. **Estado e relações internacionais: uma comparação crítica entre Hans Morgenthau e Nicos Poulantzas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa dos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa No governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Revista Austral**, Porto Alegre, v. 9, n.48, 2018.

BOITO JR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 42, 2016.

BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

CASTRO, Vinícius; PEREIRA, Marco. **Cadeia produtiva do farelo de soja: um enfoque na produção nacional**. Universidade do Rio Verde, 2015.

COLETTI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. **Revista Lutas & Resistência**, v. 1, Londrina, 2006.

CONTI, Bruno; BLIKSTAD, Nicholas. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que queremos que sejamos e o que queremos ser. In: **Para além da política econômica**, São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CONTINI, Eloisio. Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**, Brasília: Embrapa, 2014.

CYRINO, Thiago. **A cadeia produtiva da carne e a política neodesenvolvimentista dos governos lula (2003-2010)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ESPÍNDOLA, Carlos.; CUNHA, Roberto. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva de soja no Brasil e no Mundo. **Geotextos**, Salvador, v. 11, n. 1, 2015.

ESCHER, Fabiano; PEREIRA, Paulo; WILKINSON, John. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In: **China: direções globais de investimentos - 2018**.

FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 28, p. 81-98, 2009.

FRANCESCHINI, Adilson *et al.* Setor de Agronegócio: Soja. **Relatórios Cadeias Globais de Valor**, São Paulo, 2017.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

HERMANN, Charles. Changing course: When governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, nº32, 1990.

IGLECIAS, Wagner. O Empresariado do Agronegócio no Brasil – Ação coletiva e formas de atuação política - Estudo de caso das batalhas do açúcar e do algodão na Organização Mundial do Comércio. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, 2007.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, 2017.

MARTUSCELLI, Danilo. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 47, p. 55-73, 2018.

MORGHENTAU, Hans. **A política entre as nações – a luta pela poder e pela paz.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

ORTUSO, Alessandro. **O Agronegócio no Brasil.** No prelo.

PINTO, Eduardo. **Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano.** 2010. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

_____. **Classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstico: a lógica do jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, nº 36, 2010.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-14). **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, 2015.

VIEIRA FILHO, José; FISHLOW, Albert. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade.** Brasília: IPEA, 2017.

5.2 Jornais, revistas e artigos jornalísticos

AGRO EM DIA. **Remissão do passivo do Funrural será feita com a reforma tributária, diz Andaterra.** Disponível em <<https://agroemdia.com.br/2019/11/12/remissao-do-passivo-do-funrural-sera-feita-com-a-reforma-tributaria-diz-andaterra/>> Acesso em 16 abr. 2020.

APROSOJA BRASIL. **Sobre nós: história.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/sobre-nos/historia/>> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **Nota Oficial Aprosoja Brasil.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/04/18/nota-oficial-aprosoja-brasil/>> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **Ideia genial: Para arrecadar mais, por que não exportar impostos?** Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2017/10/19/lei-kandir-para-arrecadar-mais-por-que-nao-exportar-impostos/>> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **MP de prorrogação do Refis do Funrural sairá em 2019.**

Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/12/28/mp-de-prorrogacao-do-refis-do-funrural-saira-em-2019/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Nota sobre Funrural e Reforma da Previdência.** Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/07/04/nota-aprosoja-brasil-sobre-funrural-e-reforma-da-previdencia/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Atualizada: perdas por clima podem chegar a 16 mi/ton.**

Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/01/25/perdas-por-clima-sao-gravissimas-estima-aprosoja-brasil/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Aprosoja Brasil apoia proposta de Fundo Garantidor para endividamento agrícola.** Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/03/12/aprosoja-brasil-apoia-proposta-de-fundo-garantidor-para-endividamento-agricola/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Fim da Lei Kandir pode esfriar economia e aumentar desemprego, alerta Aprosoja BR.** Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/02/12/fim-lei-kandir-pode-esfriar-economia-e-aumenta-desemprego-alerta-aprosoja-br/>> Acesso em 16 abr. 2020

_____. **Nunca foi tão caro produzir, afirma Aprosoja Brasil ao presidente Jair Bolsonaro.** Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/03/15/nunca-foi-cao-caro-produzir-afirma-aprosoja-brasil-ao-presidente-jair-bolsonaro/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Fim da Lei Kandir e do Convênio 100 do Confaz tiram R\$ 80 bilhões do agro.** Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/03/27/fim-da-lei-kandir-e-do-convenio-100-do-confaz-tiram-r-80-bi-do-agro/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Acabar com a Lei Kandir é um ‘tiro no pé’, alerta Aprosoja Brasil.** Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/10/08/acabar-com-a-lei-kandir-e-um-tiro-no-pe-alerta-aprosoja-brasil/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Audiência na Câmara Federal alerta para impactos na economia com o fim da Lei Kandir.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/11/08/audiencia-na-camara-alerta-para-impactos-na-economia-com-o-fim-da-lei-kandir/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Mapa disponibiliza R\$ 225,59 bi para Safra 2019/2020.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/06/18/mapa-disponibiliza-r-22559-bi-para-safra-19-20/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Confaz prorroga Convênio 100/97 para 30 de abril de 2020.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/04/05/confaz-prorroga-convenio-100-97-para-30-de-abril-de-2020/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Frete: decisão de Fux abala segurança jurídica.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/02/08/frete-decisao-de-fux-abala-seguranca-juridica/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Frete e diesel tiraram R\$ 20,3 bilhões do PIB.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/02/06/frete-e-diesel-tiraram-r-203-bilhoes-do-pib/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Estratégia integrada para escoamento da safra é anunciada.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/01/30/estrategia-integrada-para-escoamento-da-safra-2018-2019-e-anunciada/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Aprosoja Brasil assina acordo para viabilizar transporte pelo Canal do Panamá.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/04/01/aprosoja-brasil-assina-acordo-para-viabilizar-transporte-pelo-canal-do-panama/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Exportações de soja e milho para a China seguem tendência de alta.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/05/14/exportacoes-de-soja-e-milho-para-a-china-seguem-tendencia-de-alta/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Escoamento de grãos pelo Arco Norte aumenta cinco vezes em dez anos.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/10/28/escoamento-pelo-arco-norte-aumenta-cinco-vezes-em-dez-anos/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Programa de Regularização Ambiental: prorrogado até 31 de dezembro de 2019.** Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/12/27/programa-de-regularizacao-ambiental-prorrogado-ate-31-de-dezembro-de-2019/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Medida Provisória põe fim à data limite do Cadastro Ambiental Rural.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/06/17/medida-provisoria-poe-fim-a-data-limite-do-cadastro-ambiental-rural/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **“Plataforma AgroSaber: a pior praga é a desinformação” é lançada para debater sobre agrotóxicos.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/04/23/plataforma-agrosaber-a-pior-praga-e-a-desinformacao-e-lancada-para-debater-sobre-agrotoxicos/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Aprosoja Brasil convida sociedade a participar de consulta pública sobre glifosato.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/05/31/aprosoja-brasil-convida-sociedade-a-participar-de-consulta-publica-sobre-glifosato/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Anvisa prorroga por 30 dias consulta pública sobre glifosato.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/06/07/anvisa-prorroga-por-30-dias-consulta-publica-sobre-glifosato/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Fórum Internacional discute campanha de desinformação sobre uso de defensivos.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/06/27/forum-internacional-discute-campanha-de-desinformacao-sobre-uso-de-defensivos/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Governo alega ameaça à soberania nacional e apoia fim da moratória da soja.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/11/13/governo-alega-ameaca-a-soberania-nacional-e-apoia-fim-da-moratoria-da-soja/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Estimativas para o USDA indicam redução de área e baixa na safra de soja.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/08/09/estimativas-para-o-usda-indicam-reducao-de-area-e-baixa-na-safra-de-soja/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Aliança Internacional de produtores discute rumos da soja no mundo.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/12/03/alianca-internacional-de-produtores-discute-rumos-da-soja-no-mundo/>> Acesso em 16 abr. 2020

_____. **Aprosoja faz balanço positivo de missão à China, Vietnã e Indonésia.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/05/20/aprosoja-faz-balanco-positivo-de-missao-a-china-vietna-e-indonesia-2/> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Posicionamento sobre a produção de soja no Matopiba.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/07/10/posicionamento-sobre-a-producao-de-soja-no-matopiba/> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Com a presença do primeiro escalão do governo federal, novo presidente da FPA toma posse em Brasília.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/02/21/com-a-presenca-do-primeiro-escalao-do-governo-federal-novo-presidente-da-fpa-toma-posse-em-brasilia/> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Outubro Rosa: Mulheres do agro que fazem a diferença na política.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/10/25/outubro-rosa-mulheres-do-agro-que-fazem-a-diferenca-na-politica/> Acesso em 19 abr. 2020.

_____. **A importância da bancada ruralista.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/06/28/a-importancia-da-bancada-ruralista/> Acesso em 19 abr. 2020.

_____. **Produtores de soja são contra o desmatamento ilegal e condenam queimadas criminosas.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/08/22/produtores-de-soja-sao-contra-o-desmatamento-ilegal-e-condenam-queimadas-criminosas/> Acesso em 26 ou. 2020.

_____. **Entidades do Agro são contrárias à taxaço do agronegócio.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/01/23/nota-conjunta-entidades-do-agro-sao-contrarias-a-taxacao-do-agronegocio/> Acesso em 11 nov. 2020.

ATAÍDES, Vanderlei. **Falta de Infraestrutura e Logística: inimigo número um do produtor rural.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/10/21/falta-de-infraestrutura-e-logistica-inimigo-numero-um-do-produtor-rural/> Acesso em 06 ago. 2019.

ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. **What did Brazil export in 2018?** Disponível em <http://atlas.cid.harvard.edu/> Acesso em 01 ago. 2019.

BALZA, Guilherme. **Ambientalistas veem objetivo eleitoreiro e incentivo ao desmatamento no novo Código Florestal.** Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/07/06/ambientalistas-veem-obj-etivo-eleitoreiro-e-incentivo-ao-desmatamento-no-novo-codigo-florestal-katia-abreu-fala-em-avanco.htm>> Acesso em 03 ago. 2019.

BARJUD, Moysés. **Por que mudar a legislação trabalhista?** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/07/22/por-que-mudar-a-legislacao-trabalhista/>> Acesso em 06 ago. 2019.

BASSI, Bruno. Frente **Parlamentar da Agropecuária compôs 52% dos votos da reforma da Previdência.** Disponível em <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/07/11/frente-parlamentar-da-agropecuaria-com-pos-52-dos-votos-da-reforma-da-previdencia/>> Acesso em 16 abr. 2020.

BATISTA, Fabiana; FREITAS, Tatiana. **Com receio da esquerda, agricultura fecha apoio a Bolsonaro.** Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/com-receio-da-esquerda-agricultura-fecha-apoio-a-bolsonaro/>> Acesso em 01 ago. 2019.

BAUZER, Tatiana; GAIER, Rodrigo. **Venda de oito refinarias da Petrobras atrai as maiores petroleiras do mundo.** Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2019/08/27/exclusivo-venda-de-refinarias-da-petrobras-atrai-tradings-petrochina-saudi-aramco.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 22 jul. 2020.

BERTOLACINI, Francielle. **Mercosul-UE: acordo deve gerar oportunidade para soja e milho, diz Aprosoja.** Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/mercosul-ue-acordo-oportunidade-produtores-graos-aprosoja/>> Acesso em 16 abr. 2020

BILENKY, Thais. **Bolsonaro fala pouco, e Guedes discursa sobre China em jantar em Washington.** Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/guedes-rouba-cena-ao-falar-de-china-e-m-jantar-com-bolsonaro-em-washington.shtml>> Acesso em 18 abr. 2020.

BRANT, Danielle; PUPO, Fábio. **Bolsonaro já vendeu R\$ 91 bi em ativos de BB, Petrobras e Caixa.** Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/bolsonaro-ja-vendeu-r-91-bi-em-ativos-de-bb-petrobras-e-caixa.shtml>> Acesso em 22 jul. 2020.

BORGES, André. **Ministro Ricardo Salles manda cortar 24% do orçamento do Ibama.** Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-ricardo-salles-manda-cortar-24-d-o-orcamento-do-ibama,70002806082>> Acesso em 19 abr. 2020.

CANAL RURAL. **Surto de peste suína africana faz preço da carne na China subir 30% em junho.** Disponível em <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/suino/peste-suina-africana-preco-carne-china/> Acesso em 16 abr. 2020.

CARRO, Rodrigo. **Banco do Brics chega ao país com carteira de US\$ 621 milhões.** Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/coluna/banco-do-brics-chega-ao-pais-com-carteira-de-us-621-milhoes.ghtml> Acesso em 19 abr. 2020.

CHADE, Jamil. **Em editorial, China faz alerta a Bolsonaro e diz que custo pode ser grande para o Brasil.** Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-editorial-china-faz-alerta-a-bolsonaro-e-diz-que-custo-pode-ser-grande-para-o-brasil,70002576662> Acesso em 18 abr. 2020.

COMPRE RURAL. **POSSÍVEL CORTE NOS JUROS DO BNDES ANIMA PRODUTOR RURAL.** Disponível em <https://www.comprerural.com/possivel-corte-nos-juros-do-bndes-anima-produtor-rural> Acesso em 16 abr. 2020.

CONGRESSO EM FOCO. **Diretor do Inpe é demitido após desafiar Bolsonaro.** Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/diretor-do-inpe-e-demitido-apos-de-safiar-bolsonaro/> Acesso em 16 abr. 2020.

CONGRESSO EM FOCO. **Imagem no exterior: Bolsonaro embarca para assembleia da ONU e três ministros já estão em viagem.** Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/imagem-no-externo-bolsonaro-embarca-para-assembleia-da-onu-e-tres-ministros-ja-estao-em-viagem/> Acesso em 18 abr. 2020.

CONTRAF BRASIL. **Governo federal recua sobre fim de barreira comercial para importação de leite.** Disponível em <https://contrafbrasil.org.br/noticias/governo-federal-recua-sobre-fim-de-barreira-comercial-para-importacao-de-leite-a147/> Acesso em 19 abr. 2020.

_____. **Nota Pública sobre a suspensão do financiamento do Pronaf.** Disponível em <https://contrafbrasil.org.br/noticias/nota-publica-sobre-a-suspensao-do-financiamento-do-pronaf-216b/> Acesso em 19 abr. 2020.

CRUZ, Valdo. **Governo Bolsonaro quer acabar com tabelamento de frete.** Disponível em

<<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2019/08/02/governo-bolsonaro-quer-acabar-com-tabelamento-de-frete.ghtml>> Acesso em 16 abr. 2020.

DALPASQUALE, Almir. **Grandes conquistas, desafios ainda maiores.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/05/30/grandes-conquistas-desafios-ainda-maiores/>> Acesso em 06 ago. 2019.

DIAS, Tereza. **Rumo aos 50%!.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/02/03/rumo-aos-50/>> Acesso em 06 ago. 2019.

DUARTE, Isadora. **Bolsonaro à bancada ruralista: 'Esse governo é de vocês'.** Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662>> Acesso em 19 abr. 2020.

EXAME. **Agronegócio se queixa de declarações de chanceler.** Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/agronegocio-se-queixa-de-declaracoes-de-chanceler>> Acesso em 18 abr. 2020.

EXAME. **Governo paralisa R\$ 1 bi para 34 projetos de recuperação ambiental.** Disponível em <<https://exame.abril.com.br/economia/governo-paralisa-r-1-bi-para-34-projetos-de-recuperao-ambiental/>> Acesso em 19 abr. 2020.

FIGUEIREDO, Patrícia. **Salles diz que fiscalização da Amazônia não resolve questão do desmatamento: 'Não é como fiscalizar uma praça'.** Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/26/salles-diz-que-fiscalizacao-da-amazonia-nao-resolve-questao-de-desmatamento-nao-e-como-fiscalizar-uma-praca.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

FORBES. **Europa alerta para riscos de fim da Moratória da Soja na Amazônia.** Disponível em <<https://forbes.com.br/last/2019/11/europa-alerta-para-riscos-de-fim-da-moratoria-da-soja-na-amazonia/>> Acesso em 16 abr. 2020.

FREITAS, Tatiana; SOUSA, Agnieszka. **Investidores pedem manutenção da moratória de soja na Amazônia.** Disponível em <<https://www.bloomberg.com.br/blog/investidores-pedem-manutencao-da-moratoria-de-soja-na-amazonia/>> Acesso em 16 abr. 2020.

G1. **EUA priorizam apoiar Argentina e Romênia para a OCDE; governo americano diz que também quer ingresso do Brasil no futuro.** Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/10/governo-dos-eua-desiste-de-apoio-a-brasil-na-ocde-diz-agencia.ghtml>> Acesso em 18 abr. 2020.

G1. Governo avalia possível fusão de Infraero, Valec e EPL, diz ministro da Infraestrutura. Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/11/governo-avalia-possivel-fusao-de-inf-raero-valec-e-epl-diz-ministro-da-infraestrutura.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

G1. Trump diz que EUA e China chegaram à primeira fase de um acordo comercial. Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/11/trump-diz-que-eua-e-china-chegara-m-a-primeira-fase-de-um-acordo-comercial.ghtml>> Acesso em 16 abr. 2020

G1. Reforma da Previdência: entenda a proposta aprovada, ponto a ponto.

Disponível em
<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/22/reforma-da-previdencia-entenda-ponto-a-ponto-a-proposta-aprovada-em-2o-turno-no-senado.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

GORTÁZAR, NAIARA. Cúpula dos Brics expõe falta de coesão do bloco e indiferença com crise da região. Disponível em

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/14/politica/1573752249_857549.html> Acesso em 19 abr. 2020.

GRAZIANO, Xico. Empreendedor Rural. Disponível em

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/01/12/empreendedor-rural-por-xico-graziano/>> Acesso em 06 ago. 2019.

GUERRA, Alexandre. Governo Bolsonaro liberou o registro de novos agrotóxicos.

Disponível em
<<https://fpabramo.org.br/2019/01/25/governo-bolsonaro-liberou-o-registro-de-novos-agrototoxicos/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Bolsonaro devolve demarcação de terras indígenas para a Agricultura.** Disponível em

<<https://fpabramo.org.br/2019/06/20/bolsonaro-devolve-demarcacao-de-terras-indigenas-para-a-agricultura/>> Acesso em 19 abr. 2020.

_____. **Mudanças institucionais no Incra desfavorecem a reforma agrária.** Disponível em

<<https://fpabramo.org.br/2019/02/26/mudancas-institucionais-no-incra-desfavorecem-a-reforma-agraria/>> Acesso em 19 abr. 2020.

_____. **Funai sofre pressão dos ruralistas.** Disponível em

<<https://fpabramo.org.br/2019/06/13/funai-sofre-pressao-dos-ruralistas/>> Acesso em 19 abr. 2020.

_____. **Decreto de Bolsonaro favorece crime ambiental no país.** Disponível em <<https://fpabramo.org.br/2019/04/17/decreto-de-bolsonaro-favorece-crime-ambiental-no-pais/>> Acesso em 19 abr. 2020.

IMAZON. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (janeiro 2019) SAD.** Disponível em <<https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-janeiro-2019-sad/>> Acesso em 16 abr. 2020.

ITAMARATY. **Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, 24 de setembro de 2019.** Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Acordo Mercosul-EFTA.** Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/20775-acordo-mercosul-efta-editoria>> Acesso em 19 abr. 2020.

JORNAL NACIONAL. **Noruega suspende repasses de R\$ 133 milhões para o Fundo Amazônia.** Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/15/noruega-suspende-repasses-d-e-r-133-milhoes-para-o-fundo-amazonia.ghtml>> Acesso em 19 abr. 2020.

MAZUI, Guilherme; SALOMÃO, Lucas. **'O Brasil de hoje é amigo dos EUA', diz Bolsonaro ao receber prêmio em Dallas.** Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/16/o-brasil-de-hoje-e-amigo-dos-eua-diz-bolsonaro-ao-receber-premio-em-dallass.ghtml>> Acesso em 18 abr. 2020.

MAZUI, Guilherme. **Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para 'chamar atenção' contra o governo.** Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml>> Acesso em 26 out. 2020.

MEGIDO, José. **A dúvida para o setor agrícola com a vitória de Trump.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/11/18/a-duvida-para-o-setor-agricola-com-a-vitoria-de-trump/>> Acesso em 06 ago. 2019.

MELO, Luísa. **Ritmo de liberação de agrotóxicos em 2019 é o maior já registrado.** Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/26/ritmo-de-liberacao-de-agrotoxicos-em-2019-e-o-maior-ja-registrado.ghtml>> Acesso em 26 out. 2020.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Comex Stat - Exportação por país e bloco econômico.** Disponível em <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>> Acesso em 06 dez. 2018.

MIRANDA, Evaristo. **A sustentabilidade da energia.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/08/18/a-sustentabilidade-da-energia-por-evaristo-de-miranda/>> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **Agricultura lidera preservação no Brasil.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2017/06/05/agricultura-lidera-preservacao-no-brasil-por-evaristo-de-miranda/>> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **Alimentar o mundo.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/09/29/alimentar-o-mundopereirao/>> Acesso em 06 ago. 2019.

MONTEIRO, Tânia. **Villas Bôas: discussões no Sínodo tem viés político.** Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,villas-boas-discussoes-no-sinodo-tem-vies-politico,70002993896>> Acesso em 19 abr. 2020

MOTA, Camila. **Em ano de alta do desmatamento na Amazônia, Meio Ambiente perde quase 20% dos técnicos.** Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50412828>> Acesso em 19 abr. 2020.

PAKULSKI, Letícia; TURTELLI, Camila. **Sem Lei Kandir, produção de soja poderia ser 34% menor, aponta estudo.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/10/11/sem-lei-kandir-producao-d-e-soja-poderia-ser-34-menor-aponta-estudo/>> Acesso em 16 abr. 2020.

PAULA, Laura. **Ferrovia Norte-Sul vai aumentar a concorrência logística e comércio de produtos para nichos de mercado, avalia Aprosoja-GO.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/07/31/ferrovia-norte-sul-vai-aumentar-a-concorrenca-logistica-e-comercio-de-produtos-para-nichos-de-mercado-avalia-aprosoja-go/>> Acesso em 16 abr. 2020.

PEREIRA, Bartolomeu. **O que nos espera em 2019?.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/12/18/o-que-nos-espera-em-2019-por-bartolomeu-braz-pereira/>> Acesso em 06 ago. 2019.

PONTUAL, Helena. **Lei Kandir.** Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-kandir> Acesso em 01 ago. 2019.

POPOV, Daniel. **Ministra, governador, parlamentares e produtores abrem colheita da soja 2018/2019.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/01/25/ministra-governador-parlamentares-e-produtores-abrem-colheita-da-soja-2018-2019/> Acesso em 16 abr. 2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Despesas: Educação.** Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2019> Acesso em 16 abr. 2020.

PUPPO, Amanda. **Abertura da cabotagem para empresas estrangeiras divide Economia e Infraestrutura.** Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,abertura-da-cabotagem-para-empresas-estrangeiras-divide-economia-e-infraestrutura-,70003004128> Acesso em 19 abr. 2020.

REBELO, Aldo. **Opinião: Em defesa do Código Florestal.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/02/28/opinio-em-defesa-do-codi-go-florestal/> Acesso em 06 ago. 2019.

RODRIGUES, Sabrina. **“Esse governo é de vocês”, diz Bolsonaro a Ruralistas.** Disponível em <https://amazonia.org.br/2019/07/esse-governo-e-de-voces-diz-bolsonaro-a-ruralistas/> Acesso em 16 abr. 2020.

RODRIGUES, Roberto. **Em defesa de uma nova 'plataforma'.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2017/06/27/em-defesa-de-uma-nova-plataforma/> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **Produtividade anuncia nova revolução tecnológica no campo.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2015/08/07/produtividade-anuncia-nova-revolucao-tecnologica-no-campo/> Acesso em 06 ago. 2019.

ROSA, Fabrício. **O que mata é a ignorância e o que envenena é a mentira.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/06/14/opinio-o-que-mata-e-a-ignorancia-e-o-que-envenena-e-a-mentira/> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **Opinião: Pimentão envenenado e outras fábulas.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/05/30/opinio-pimentao-envenenado-e-outras-fabulas/> Acesso em 06 ago. 2019.

ROSA, Marcos. **Agricultor do Brasil lidera ranking mundial de preservação ambiental.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2017/10/30/agricultor-do-brasil-lidera-ranking-mundial-de-preservacao-ambiental/> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **Disputa entre China e Estados Unidos pode não trazer vantagem imediata.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/04/19/marcos-da-rosa-crise-eua-x-china-pode-nao-trazer-vantagem-imediata/> Acesso em 06 ago. 2019.

RURAL CENTRO. **VOCÊ SABE O QUE É FUNRURAL?.** Disponível em <http://ruralcentro.uol.com.br/analises/voce-sabe-o-que-e-funrural-6157> Acesso em 16 abr. 2020.

RURAL PECUÁRIA. **Comissão retira taxaço do agro e libera perdão do passivo do Funrural.** Disponível em <http://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/agroimposto/comissao-retira-taxacao-do-agro-e-libera-perdao-do-passivo-do-funrural.html> Acesso em 16 abr. 2020.

SABINO, Marlla. **Entenda a proposta de privatização da Eletrobras do governo Bolsonaro.** Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/entenda-a-proposta-de-privatizacao-da-eleto-bras-do-governo-bolsonaro/> Acesso em 22. Jul. 2020

SILVA, Ronnie. **Governo suspende 100% da verba da saúde indígena.** Disponível em <https://fpabramo.org.br/2019/03/26/governo-suspende-100-da-verba-da-saude-indigena/> Acesso em 19 abr. 2020.

SILVEIRA, Daniel. **Petrobras vai manter política de reajuste de preços dos combustíveis, diz presidente da estatal.** Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/11/petrobras-vai-manter-politica-de-reajuste-de-precos-dos-combustiveis-diz-presidente-da-estatal.ghtml> Acesso em 19 abr. 2020.

SILVEIRA, Glauber. **Agronegócio em clima eleitoral.** Disponível em <http://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/02/17/agronegocio-em-clima-eleitoral/> Acesso em 06 ago. 2019.

_____. **Você já fez a conta se produzir é rentável?.** Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/04/22/voce-ja-fez-a-counta-se-prodizir-e-rentavel/> Acesso em 06 ago. 2019.

SIQUEIRA, Carol. **Regras sobre liberação de agrotóxicos geram polêmica em debate na Câmara.** Disponível em

<<https://www.camara.leg.br/noticias/585715-regras-sobre-liberacao-de-agrotoxicos-gera-m-polemica-em-debate-na-camara/>> Acesso em 16 abr. 2020.

SISMEIRO, José. **Seguro incerto, vamos mudar isso?**. Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/12/16/seguro-incerto-vamos-mudar-isso/>> Acesso em 06 ago. 2019.

TAVARES, Vinicius. **Aprosoja Brasil pede adiamento das parcelas de produtores atingidos pela seca e propõe securitização.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/01/15/aprosoja-brasil-pede-o-adiamento-das-parcelas-de-produtores-atingidos-pela-seca-e-propoe-securitizacao/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Entidades do setor produtivo debatem principais demandas de infraestrutura.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/01/16/entidades-do-setor-produtivo-debatem-principais-demandas-de-infraestrutura/>> Acesso em 16 abr. 2020.

_____. **Aprosoja Brasil e Corteva debatem o cenário do agro para 2020.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/12/06/aprosoja-brasil-e-corteva-debatem-o-cenario-do-agro-para-2020/>> Acesso em 16 abr. 2020.

TEIXEIRA, Décio. **A Força da Agricultura Brasileira, a Força de uma Nação.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/12/04/a-forca-da-agricultura-brasileira-a-forca-de-uma-nacao/>> Acesso em 06 ago. 2019.

TOLEDO, Karina. **Rota da fumaça: análise revela como queimada “alcançou” São Paulo.** Disponível em <<https://exame.abril.com.br/ciencia/rota-da-fumaca-analise-revela-como-queimada-alcançou-sao-paulo/>> Acesso em 16 abr. 2020.

TOMCZYK, Ricardo. **Sem retrocessos.** Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/11/04/sem-retrocessos/>> Acesso em 06 ago. 2019.

WATANABE, Phillippe. **No auge das queimadas, Amazônia sofreu perda próxima ao do estado mais afetado da Austrália.** Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/01/no-auge-das-queimadas-amazonia-sofreu-perda-similar-a-da-australia.shtml>> Acesso em 16 abr. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República.** Disponível em

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>> Acesso em 17 abr. 2020.